PLANOS POPULARES DE AÇÃO

PORTO ALEGRE
REGIÃO DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO 4

FICHA TÉCNICA RP4

Equipe técnica:
Arq. Clarice Misoczky Oliveira - IAB-RS
Arq. Camila Bellaver Alberti - IAB-RS
Acad. Laura Boeck Silva
Acad. Patricia Talita Rodrigues Sudre
Acad. Gabriela Rosa Nodari
Acad. Karolina Silva de Jesus

Equipe técnica de apoio:
Arq. Maria Tereza Fortini Albano - IAB-RS
Prof. Fabian Domingues - UFRGS
Acad. Ana Aguirre - UFRGS
Acad. Luiza Tonial Da Silveira - Coletivo Ambiente Crítico
Acad. Douglas Silveira Martini - EMAV-UFRGS

Equipe material gráfico:
Designer Elina Tasca
Acad. Pedro Mietlicki
Acad. Antônio Silveira

Participantes:
Fórum Regional de Planejamento 4:

Conselheira:
Tânia Maria dos Santos
Suplente:
Luiz Henrique Vieira

Delegados:
José Amauri da Costa de Fraga
Leticia da Silva Fagundes
Maria Inês Bothona FLores
Maria Jandira Rabelini de Fraga
Mario Predebon
Renato Moreli Guimarães

Moradores e representantes:
Ana Paula Medeiros - Mov. Social
Capinaré Acosta
Cenira Vargas Da Silva - Grupo Arte Mão Liderança
Cris Medeiros - Conselho Tutelar
Cristina Schaenardie
Elisabete Cardoso
Elza Crubs
Fátima Farias - Bonja Viva
Guacira Coopearte - Ajaluê
Isema T. Silveira
Joel Bica
Jorge Antônio Simões Silveira - Ass. Mor. Jardim Salso
Jose Amauri Da Costa De Veiga
José Augusto Mayer
Jucinei C. Ramos - União Futebol Clube
Julio Caldas Silva - Grupo do Idoso
Lauro Cardoso
Luis Aribaldo Fetter
Luiz Alberto Pires - CMP-RS
Maiza Coppes
Maria Inês N. Barcelos - Themis
Marisa Elisabeth Silva
Maurício Monteiro - CRIP Leste
Miguelina Y. Silveira
Naura Fetter
Nelci Chocho
Roger De Oliveira Borges Julio - NEPEU
Rute Oliveira
Sônia Dos Santos

Promoção:

IAB-RS (Instituto de Arquitetos do Brasil - Dep. Rio Grande do Sul)
CPLAB-UFRGS (Laboratório Cidade em Projeto - UFRGS)
Fórum de Planejamento RP4

Apoio:

PROREXT/UFRGS (Pró-Reitoria de Extensão/ UFRGS)
Coletivo Ambiente Crítico
EMAV-UFRGS (Escritório Modelo Albano Volkmer - UFRGS)

Patrocínio:

CAU/RS (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul)

planospopularespoa.org

Promoção:

FÓRUM DE PLANEJAMENTO RP4

Apoio:

Patrocínio:

SUMÁRIO

2. FICHA TÉCNICA

5. APRESENTAÇÃO

6. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PPAR

7. PROCESSO E METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS PPARS

10. COMO LER ESTE PLANO

11. RP4

11. DADOS GERAIS

13. BREVE HISTÓRICO DOS PLANOS ELABORADOS PARA PORTO ALEGRE

LEITURAS COMUNITÁRIAS

18. PRESENTE

20. PONTOS DE REFERÊNCIA

22. HABITAÇÃO

23. EDUCAÇÃO

24. SAÚDE

25. SEGURANÇA

26. SANEAMENTO, DRENAGEM E GESTÃO DE RESÍDUOS

27. MEIO AMBIENTE

28. MOBILIDADE E TRANSPORTE

29. ASSISTÊNCIA SOCIAL

30. ESPORTE E LAZER

31. CULTURA E PATRIMÔNIO

32. SÍNTESE DO PRESENTE

34. PASSADO

36. LUGARES DO PASSADO

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DOS LUGARES DO PASSADO

38. RP4
POSTOS DE SAÚDE LESTE/NORDESTE
AVENIDA ANTÔNIO DE CARVALHO
RUA PIO X | VILA IPÊ 2

39. BAIRRO BOM JESUS | PRAÇA DOS ANJOS
BAIRRO BOM JESUS | MOBILIZAÇÃO SOCIAL

40. BAIRRO BOM JESUS | VILA MATO SAMPAIO
BAIRRO JARDIM ITU-SABARÁ | COINMA | ZAFFARI

41. MORRO SANTANA
RIOS E NASCENTES
QUILOMBOS

42. SÍNTESE DO PASSADO

44. FUTURO

46. PROPOSTAS PARA O FUTURO

48. HABITAÇÃO

50. EDUCAÇÃO | SAÚDE

52. SEGURANÇA

54. SANEAMENTO, DRENAGEM
E GESTÃO DE RESÍDUOS

57. MEIO AMBIENTE

60. MOBILIDADE E TRANSPORTE

64. CRONOGRAMA

65. NOTAS DE FIM

66. ANEXOS

APRESENTAÇÃO

O Plano Popular de Ação Regional (PPAR) é uma iniciativa conjunta que envolve diferentes setores da sociedade civil organizada e mobilizada. O Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul (IAB - RS) elaborou o projeto de assistência técnica em planejamento urbano insurgente em parceria com o Cidade em Projeto - Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão (CPLAB – UFRGS). O Coletivo Ambiente Crítico (CAC) e o Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV) apoiaram o projeto, além de dois Projetos de Extensão da UFRGS: o Planos Populares de Ação Regional e o 4º Distrito: diálogo entre atores sociais e conhecimento sobre o território. O Patrocínio foi do Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Rio Grande do Sul (CAU-RS).

O projeto foi elaborado a partir da reivindicação de alguns Conselheiros, representantes das Regiões de Gestão do Planejamento (RGPs) no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) de Porto Alegre. As parcerias populares com os Conselheiros, Delegados, moradores e movimentos sociais foram fundamentais para a realização dos Planos; afinal, trata-se da criação de um espaço de discussão e proposição sobre a cidade que se deseja viver. Os PPARs foram utilizados como uma estratégia de mobilização e participação social.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre prevê no seu sistema de planejamento a elaboração de Planos de Ação Regional (PAR) com a participação popular; mas, até os dias de hoje, a municipalidade não os colocou em prática. Um PAR nada mais é do que um plano que trata a cidade a partir da escala intermediária e de maneira multissetorial (habitação, mobilidade urbana, saneamento, saúde etc). Um PAR não é normativo como um Plano Diretor, ainda que a partir da escala intermediária possa iluminar possíveis modificações nas normas expressas no plano regulador. A partir da realização de um PAR é possível, também, elaborar de forma mais precisa as prioridades de investimentos, por se tratar de um plano de ação.

Ainda que o presente Plano dialogue com este referencial, um Plano Popular como este tem características específicas. O Plano Popular de Ação Regional (PPAR) tem por trás a ideia de CONTRA PLANO, pois não é elaborado pelo Estado. Ainda assim, alguns princípios são mantidos, como a multissetorialidade, a abordagem da escala intermediária e a busca de respostas ao QUEM, COMO, e QUANDO das propostas. O valor (QUANTO) das propostas não chegou a ser abordado nesta etapa do projeto.

Trata-se, portanto, de um Plano que se distancia do olhar exclusivamente técnico, mas busca evidenciar as carências, os desejos, as dificuldades da vida cotidiana e, sobretudo, das lutas urbanas. É um Plano para além de uma proposta otimista que foca em uma visão de cidade ideal. Representa uma estratégia de luta e de diferentes formas de organização. O PPAR é apenas uma etapa do processo; e, revelam-se, desde já, seus limites e desafios impostos na produção da cidade. Não se trata de um plano no qual a população é convidada a participar de forma consultiva. O PPAR é mais do que um Plano Participativo ou Colaborativo, o PPAR é um Plano Popular, pois é elaborado pelas pessoas e para as pessoas. É, portanto, a realização de um momento do Direito à Cidade.

Clarice Misoczky de Oliveira
Vice-Presidente IAB-RS (2017-2019)
CPLAB-UFRGS

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PLANO POPULAR DE AÇÃO REGIONAL

- *Apoiar as reivindicações e os desejos das pessoas sobre a cidade onde vivem. O diagnóstico e as propostas são elaborados pelos moradores da região com auxílio de assessoria técnica.*
- *Registrar diferentes saberes e olhares sobre a região e sua relação com Porto Alegre, desde uma análise multissetorial (Educação, Saúde, Mobilidade Urbana, Saneamento, etc.).*
- *Identificar temas prioritários para a Região.*
- *Promover e documentar um resgate histórico sobre o processo de urbanização da Região.*
- *Promover o encontro entre moradores, Conselheiros, Delegados, movimentos sociais e lideranças comunitárias para debater e discutir a cidade que desejam.*
- *Mobilizar a sociedade para o debate das questões urbanas, uma vez que o Estado deve realizar a revisão do Plano Diretor com a participação social, contemporâneo a este processo.*
- *Confrontar a realidade desejada pelas pessoas com a realidade existente da vida urbana.*
- *Empoderar Conselheiros e Delegados do CMDUA a partir do debate em suas Regiões e de um vocabulário técnico do campo da arquitetura e do urbanismo.*
- *Estimular a participação em espaços esvaziados como os Fóruns Regionais de Planejamento, constituídos por Conselheiros e Delegados.*
- *Pensar em outras formas de organização para além de parcerias público-privadas.*
- *Tensionar o Estado a realizar o seu dever com a sociedade.*
- *Elaborar um documento que aborde a cidade a partir da escala intermediária, diferentemente de um Plano Diretor.*
- *Realizar um momento de Direito à Cidade, compreendido como o direito à centralidade das pessoas na decisão da vida urbana.*

PROCESSO E METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS PPARS

O projeto foi elaborado tendo em vista a possibilidade de participação das RPs que estavam engajadas em realizar seus Fóruns Regionais de Planejamento (FRPs). No início do projeto foram convidadas aquelas Regiões comprometidas com a realização dos Fóruns. O projeto foi apresentado aos conselheiros e delegados de quatro RPs (1, 2, 4 e 7). No meio do processo a RP5 aderiu ao projeto passando a realizar seus Fóruns.

O presente Plano apresenta apenas os resultados do processo desenvolvido junto à RP4.

A seguir é apresentada uma linha do tempo com os principais eventos que pautaram o processo de elaboração das oficinas e planos. Ela representa de maneira sintética o processo desenvolvido com todas as RPs envolvidas no projeto, além de algumas especificidades referentes ao processo da RP4.

Linha do Tempo - PPAR
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

A elaboração dos PPARs aconteceu a partir da interação da equipe técnica com os representantes e moradores das RPs. As atividades internas da equipe técnica consistiram em reuniões para organização de atividades, além de realização de seminários sobre teorias de planejamento alternativo e análise de planos populares desenvolvidos no Brasil e no exterior, desenvolvimento de metodologias para oficinas participativas, sistematização dos dados e produção de material para oficinas e publicidade, mapas, material gráfico para publicação física e digital dos Planos.

Ficou a cargo dos Representantes das RPs envolvidas no projeto as seguintes atividades:

- **Divulgação e mobilização da comunidade das RPs para a participação nas oficinas;**
- **Definição da quantidade de oficinas e dos locais e horários em que elas aconteceriam.**

O fluxo de trabalho durante o processo aconteceu conforme o Diagrama de Fluxo de Trabalho. As oficinas participativas foram a principal interface entre a equipe técnica e os FRPs, pois são quando os seminários de treinamento técnico e o compartilhamento do conhecimento popular local se encontram, gerando o acúmulo de informações sistematizadas no PPAR.

Diagrama de Fluxo de Trabalho
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

As oficinas foram divididas em quatro tipos: **(1)** Preparatória, **(2)** Presente, **(3)** Passado, **(4)** Futuro e **(5)** Retorno. A metodologia foi baseada no método regressivo-progressivo, de Henri Lefebvre, autor de O Direito à Cidade. O método consiste em olhar para a cidade a partir do presente momento, resgatar a memória dos processos urbanos do passado e então fazer proposições para o futuro. Este método será descrito a seguir. Ainda baseado em Lefebvre (1991), o PPAR se trata de um contraplano, uma vez que não é realizado pelo Estado e também se distancia da elaboração de um cenário ideal.

A maioria das oficinas também contou com treinamento técnico ou momentos de formação sobre variados temas de interesse da Região, tais como: o que são Planos de Ação, Projetos Especiais, sistema de abastecimento de água, processos participativos, modelo espacial do atual Plano Diretor, evolução urbana da Região, resgate de fotografias históricas e de manchetes de jornal (em específico de cada RP), dados do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano (renda, escolaridade etc), aproximação e trabalho com mapas.

Cada oficina contribuiu para o acúmulo de conhecimento sobre a cidade e sobre a RP. As informações foram identificadas em um mapa de trabalho de uso coletivo e em mapas impressos com tamanho reduzido, além de fichas de papel. Em geral, as oficinas seguiram a sequência de apresentação, treinamento técnico (formação), atividade individual, atividade em pequenos grupos, atividade coletiva e debate final.

Na **Oficina Preparatória** o projeto dos PPRs foi apresentado aos conselheiros e delegados das RPs 1, 2, 4 e 7. Após a atividade de formação sobre a participação popular em Porto Alegre, foi desenvolvido um teste da metodologia com uma atividade de mapeamento. Nessa atividade, os participantes se reuniram em grupos conforme as RPs que representavam e escolheram cinco temas prioritários para sua Região, identificando os principais problemas envolvidos e localizando-os em imagens de satélite. O principal objetivo dessa primeira oficina foi debater os limites e possibilidades de um PPAR, aprofundar o relacionamento com os Conselheiros e Delegados, debater a metodologia a ser trabalhada e ter uma primeira aproximação com a percepção da realidade urbana para cada RP. No final da oficina, houve um momento de apresentação e discussão sobre os resultados, e os representantes de todos as RPs presentes confirmaram seu interesse em participar do projeto.

LINHA DO TEMPO: PLANO POPULAR DE AÇÃO REGIONAL DA RP4
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

OFICINA PREPARATÓRIA (26.11.18) (fonte: Equipe PPAR)

Na **Oficina do Presente,** os participantes foram incentivados a traçar um diagnóstico atual da área com base em seus conhecimentos prévios, em dados socioeconômicos do Atlas de Desenvolvimento Humano (apresentados em forma de mapa) e em cartões com temas urbanos (habitação, meio ambiente, transporte, etc.). A atividade foi dividida em cinco momentos:

1. Apresentação dos participantes e do projeto;

2. Momento de formação;

3. Identificação de pontos de referência e pontos/áreas de conflito na região;

4. Trabalho em pequenos grupos: seleção dos temas urbanos prioritários para a região, descrição dos pontos positivos e negativos de cada tema e identificação da sua localização no mapa;

5. Apresentação da atividade anterior ao grande grupo.

Simultaneamente, a prática urbana dos participantes da oficina na vida cotidiana foi elaborada no mapa de trabalho. Cada participante identificou seus principais deslocamentos no mapa com alfinetes para marcar lugares e linhas coloridas para traçar as rotas. As adaptações do modelo das oficinas são planejadas considerando o tempo de duração e o número de participantes em cada RP.

OFICINA DO PRESENTE - RP4 (16.03.2019) (fonte: Equipe PPAR)
OFICINA DO PRESENTE - MATERIAIS (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

A **Oficina do Passado** buscou ativar as memórias dos participantes por meio da identificação de transformações urbanas e demandas históricas, de espaços de dominação e de transformação na região. Como poucas pessoas estiveram presentes na primeira Oficina do Passado, ela foi realizada outra vez em uma nova data e local.

Após o momento de apresentação, ocorreu uma atividade de formação sobre a cronologia do planejamento urbano de Porto Alegre, com ênfase no atual Plano Diretor e suas implicações na região. A seguir, foram apresentadas manchetes e fotografias históricas que retratam momentos importantes do município. Essas apresentações evocaram memórias individuais e coletivas dos participantes, que foram incentivados a compartilhá-las com o grande grupo.

No terceiro momento, os participantes receberam bandeirinhas em que deveriam escrever individualmente as principais transformações urbanas que ocorreram em lugares do seu entorno. Em seguida, eles se reuniram em pequenos grupos e escolheram alguns dos lugares para descrever o processo de transformação em cartões. No final, os participantes apresentaram seus resultados ao grande grupo, buscando explorar as múltiplas dimensões que se destacaram em cada transformação, estas sendo: imobiliária, arquitetônico-urbanística, institucional, financeira, simbólica, escalar, política e socioambiental. As bandeirinhas com a localização das transformações foram adicionadas ao mapa de trabalho.

OFICINA DO PASSADO - RP4 (15.06.2019) (fonte: Equipe PPAR)
OFICINA DO PASSADO - MATERIAIS (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

Na **Oficina do Futuro,** os participantes se dividiram em grupos conforme as áreas em que residem e definiram temas urbanos prioritários para gerar suas propostas de transformação. Uma vez estabelecidos os temas de interesse, um membro da equipe técnica do PPAR atuou como mediador do grupo, resgatando a memória das questões tratadas nas oficinas anteriores. Um dos participantes do grupo foi escolhido como relator, sendo responsável pelo registro das propostas em fichas que continham os seguintes dados: "O quê?", "Quem?", "Como?" e "Quando?". Os grupos também receberam bolinhas de isopor para localizar no mapa de trabalho as propostas elaboradas. Ao final da oficina, os participantes socializaram as propostas e debateram com o grande grupo.

OFICINA DO FUTURO - RP4 (31.08.2019) (fonte: Equipe PPAR)
OFICINA DO FUTURO - MATERIAIS (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

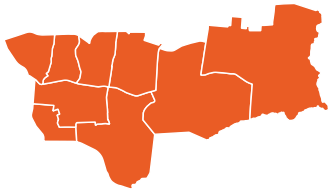
A **Oficina de Retorno** foi pensada como uma oportunidade de apresentação do PPAR, elaboração das considerações finais e validação do documento. "Os participantes receberam a versão preliminar do PPAR para uma leitura prévia. Na oficina foi feita uma breve apresentação do documento, seguida por uma discussão sobre seu conteúdo e processo de elaboração. Após organização interna dos participantes, foi feita a atualização do PPAR de acordo com os apontamentos da RGP4. Devido à pandemia de Covid-19, a oficina aconteceu de forma remota e, por este motivo, com participação reduzida

É importante ressaltar que a frequência dos participantes foi variável ao longo do processo, de modo que algumas pessoas não estiveram presentes em todas as oficinas, assim como pessoas novas se juntaram ao longo do processo. Por tal motivo, destaca-se a importância dos registros realizados a cada oficina para que a participação de todos fosse levada em consideração, do início ao fim de todo o processo.

COMO LER ESTE PLANO

1 APRESENTAÇÃO DA RP4

Aqui são apresentados alguns dados gerais da RP4 como: os bairros que fazem parte, o Fórum Regional de Planejamento e dados do IBGE. Também é feito um resgate do que está previsto no atual Plano Diretor (PDDUA) para a região.



2 LEITURAS COMUNITÁRIAS PRESENTE

MAPA DE PONTOS DE REFERÊNCIA E CONFLITOS

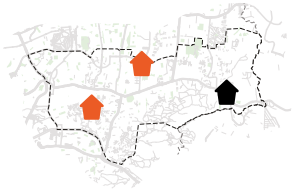
Gráficos que classificam os pontos por temas:

TEMAS ESCOLHIDOS PELA RP4

MAPA RELACIONADO AO TEMA

TEMA

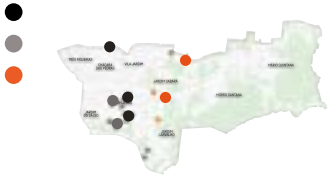
Aqui são discutidos os aspectos positivos e negativos relacionados ao tema e identificados no mapa.



- LEITURA COMUNITÁRIA pontos positivos (+) e negativos (-) marcados pelos participantes
- LEITURA TÉCNICA dados oficiais sobre o tema

3 LEITURAS COMUNITÁRIAS PASSADO

MAPA DE PONTOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA



Gráficos que classificam os pontos por transformações positivas, negativas, ou, que nunca aconteceram:

1 1 1 LUGAR

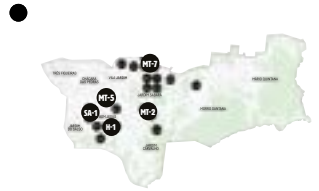
[TEMA]

Aqui são discutidas as transformações relacionadas ao lugar.

FOTO DO LUGAR

4 LEITURAS COMUNITÁRIAS FUTURO

LOCALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS



Gráficos que apresentam os temas escolhidos para propostas:

RESUMO SOBRE AS LEITURAS COMUNITÁRIAS DO PRESENTE

TEMA

POSITIVO
Aspectos positivos sobre os pontos de referência citados no tema.

NEGATIVO
Aspectos negativos sobre os pontos de referência citados no tema.

RESUMO SOBRE AS LEITURAS COMUNITÁRIAS DO PASSADO

TEMAS	LUGARES DE REF.	LEITURA COMUNITÁRIA
[TEMA1]	**LUGAR 1**	Aqui são discutidas as transformações relacionadas ao lugar.
[TEMA1] [TEMA3]	**LUGAR 2**	Aqui são discutidas as transformações relacionadas ao lugar.

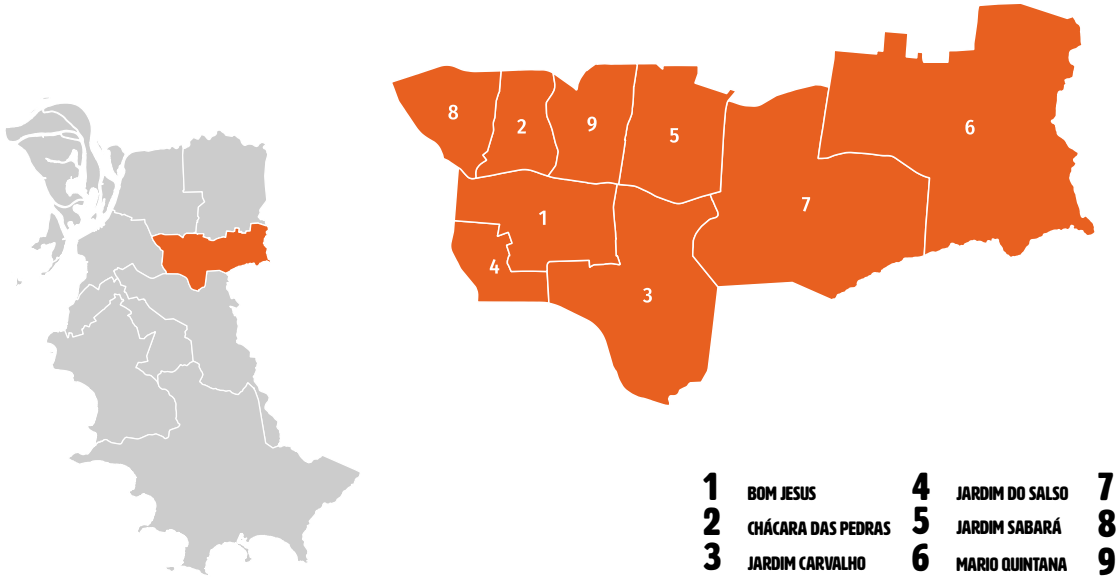
QUADRO DE PROPOSTAS

TEMA
MAPA
FOTO
CÓDIGO PROPOSTA

O QUE
COMO
QUEM
NOTA: *Estatuto da Cidade*
QUANDO
PRAZO

REGIÃO DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO 4

Nesta parte apresentamos algumas características sociodemográficas e territoriais da RP4 para uma breve contextualização. A área da RP4 começou a fazer parte do sistema de planejamento de Porto Alegre a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, em 1979. A região é estruturada pela Av. Protásio Alves, que a atravessa de ponta a ponta, conectando a área central de Porto Alegre e o município de Alvorada. Uma característica marcante da RP4 é a desigualdade social, uma vez que bairros de população de renda per capita alta, como Três Figueiras, Chácara das Pedras e Vila Jardim se contrapõem ao complexo da Bom Jesus e o Bairro Mário Quintana, por exemplo. Os bairros de população mais rica localizam-se na borda de proximidade ao centro, enquanto os bairros de população mais vulnerável localizam-se na periferia de Porto Alegre. Recentemente, uma transformação marcante da região tem sido a construção de grandes empreendimentos habitacionais, viabilizados pela aprovação de Projetos Especiais.

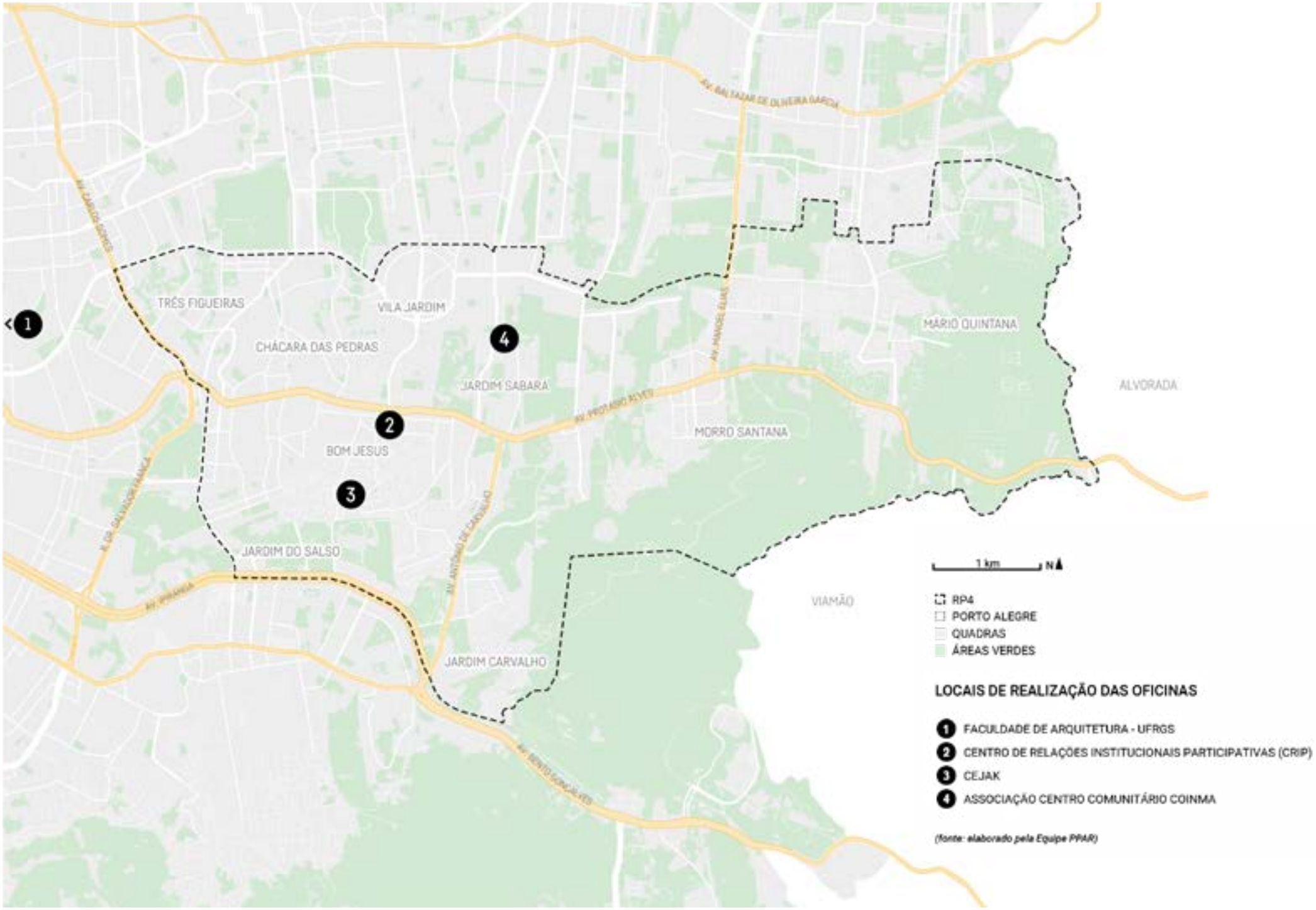


1	BOM JESUS	4	JARDIM DO SALSO	7	MORRO SANTANA
2	CHÁCARA DAS PEDRAS	5	JARDIM SABARÁ	8	TRÊS FIGUEIRAS
3	JARDIM CARVALHO	6	MARIO QUINTANA	9	VILA JARDIM

RP4: LOCALIZAÇÃO E BAIRROS
(fonte: PMPA / elaborado pela Equipe PPAR)

DADOS GERAIS

A Região de Gestão do Planejamento 04 (Leste/Nordeste), como o próprio nome diz, está localizada na região leste de Porto Alegre, ao longo da Av. Protásio Alves, que conecta a região central ao município de Viamão. Ela é composta por 9 bairros e tem população total de 151.543 habitantes (11% da população do município) vivendo em uma área de 26,1km². A taxa de analfabetismo da sua população é de 2,6%, e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 6,3 salários mínimos. (IBGE, 2010).



(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

BREVE HISTÓRICO DOS PLANOS ELABORADOS PARA PORTO ALEGRE

O **Plano de Melhoramentos,** coordenado pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel em 1914, apresentou uma primeira proposta de organização da cidade para área localizada entre o que hoje se denomina Centro Histórico e as imediações do atual Parque Farroupilha (conhecido como Parque da Redenção). Mediante um conjunto de ações que envolviam especialmente a valorização de uma rede viária estruturada e uma proposta de saneamento urbano, compatíveis com a realidade da época, o plano apresentou também uma preocupação com a valorização de espaços de referência, como o Porto e o Parque da Redenção. Na sua essência, ele tinha o desejo de transformar a cidade colonial numa cidade moderna.

O **Plano Gladosch**, desenvolvido entre 1935 e 1938 pelo arquiteto-urbanista Arnaldo Gladosch, conta com uma série de estudos essencialmente viários para a área central de Porto Alegre e para a região que posteriormente seria denominada 4º Distrito. Dentre esses estudos, foram lançadas a estrutura de vias perimetrais e a possibilidade de criação do Túnel da Conceição.

Em 1959, a cidade passou a ter seu primeiro **Plano Diretor** sob a forma de lei. Houve avanço na definição de zoneamentos para atividades urbanas, altura das edificações e demais regras para a construção no espaço dos lotes dos proprietários urbanos. A abrangência espacial do Plano se prolongava desde o Centro Histórico até as imediações da Terceira Avenida Perimetral.
Passados alguns anos, a conclusão de estudos sobre as expansões urbanas gerou o **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)**, em 1979. Este plano avançou significativamente em relação ao anterior na abrangência de suas proposições, incorporando inclusive uma proposta de sistema de planejamento como parte do documento legal.

Linha do tempo: estudos, projetos e planos para Porto Alegre (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL

Uma perspectiva de projeto de cidade e de gestão democrática.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA) foi aprovado e entrou em vigor em 1999, trazendo consigo avanços em diversos aspectos.

Elaborado a partir de um processo de discussão sobre a cidade do futuro, esse Plano propõe uma cidade que reconhece a diversidade e introduz, para além da lógica predominante de valorização de um plano regulador da propriedade privada, estratégias de desenvolvimento urbano. Além disso, ele incorpora instrumentos para uma política habitacional de interesse social e princípios originados do Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal de 1988. Por meio da introdução de novos conteúdos, o PDDUA qualifica um sistema de planejamento que reforça a necessidade de participação da sociedade no processo de planejamento urbano e a perspectiva de monitoramento do desenvolvimento urbano. Assim, ele fortalece uma gestão democrática do planejamento urbano, estruturando um sistema de planejamento que reconhece um Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) e Regiões de Gestão do Planejamento (RGP, também conhecidas como RP) associadas às Regiões do Orçamento Participativo, existentes desde 1989.

De forma inovadora, o PDDUA introduz as estratégias: Estruturação Urbana, Mobilidade Urbana, Malha Urbana, Uso do Solo Privado, Qualificação Ambiental, Promoção Econômica, Produção da Cidade e Sistema de Planejamento. Pela primeira vez, um plano diretor de Porto Alegre incorpora diretrizes espacializadas e programas específicos para o tema da economia.

Pensando na produção da cidade, pela primeira vez também introduz as bases para uma política habitacional de interesse social, capaz de destacar a regularização fundiária e a produção de novas habitações como conteúdos fundamentais. Com vistas à garantia da função social da propriedade urbana, são adicionados os instrumentos Área Especial de Interesse Social e Área Urbana de Ocupação Prioritária. Na sua lógica de plano que é processo e que também é projeto de cidade, destaca territórios específicos da cidade – por exemplo o 4º Distrito, a orla do Guaíba e o bairro Lomba do Pinheiro – como elementos estruturadores do seu modelo espacial e passíveis de projetos coordenados pelo Poder Público Municipal.

Em 2010, como conclusão da primeira Conferência de Avaliação (iniciada em 2003), são adicionados instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 2001) e é produzida a primeira revisão do PDDUA, atendendo a disposições do texto legal do Estatuto.

Passados 20 anos do seu processo de aprovação, o PDDUA entra neste momento em processo de nova avaliação, conforme exigência do Estatuto da Cidade. O momento, portanto, é de reunir esforços para que os desejos das comunidades possam fazer parte das mobilizações que estão se organizando para a valorização de uma cidade para todos.

Os mapa das RPs e das Macrozonas ilustram a divisão territorial que compõe o sistema de planejamento da cidade pensado a partir do PDDUA. O esquema abaixo demonstra os diferentes níveis e esferas de participação prevista na Lei. Já o Modelo Espacial representa o projeto de cidade a partir do qual Porto Alegre se desenvolveria. Para a área da RP4, o PDDUA propôs como elementos estruturadores do Modelo Espacial um Corredor de Urbanidade, Corredores de Centralidade, Áreas Especiais e Áreas miscigenadas.

PDDUA - Mecanismos de Participação
(fonte: adaptado de Arq. Tereza Albano)

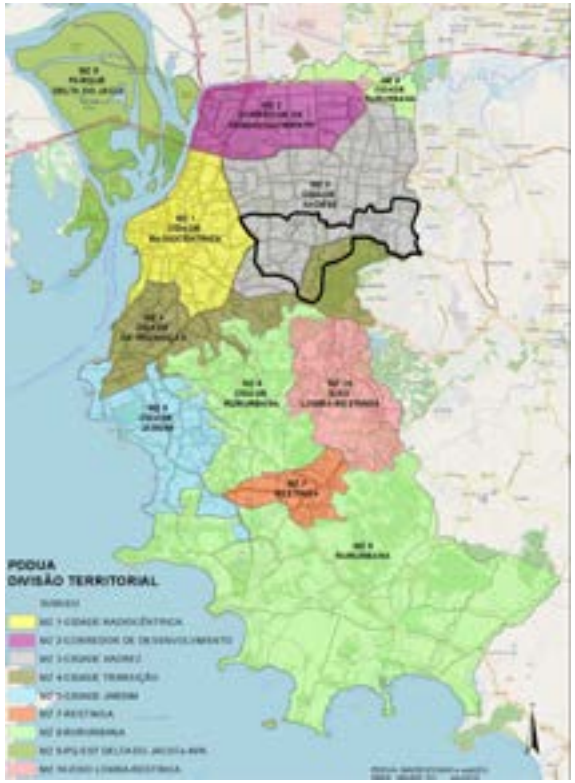
PDDUA - ESTRATÉGIA DE SISTEMA DE PLANEJAMENTO: REGIÕES DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO

(fonte: PMPA, 2010)

MZ 3 CIDADE XADREZ

MZ 4 CIDADE DA TRANSIÇÃO

PDDUA - MACROZONAS



(fonte: PMPA, 2018)

PDDUA - MODELO ESPACIAL

(fonte: PMPA, 2008)

A RP4, definida pelo PDDUA como espaço de participação social no planejamento urbano da cidade, é constituída por nove bairros de Porto Alegre (Lei Municipal nº 12.112/2016). Tem como grande eixo estruturador a Av. Protásio Alves, que atravessa a região em toda a sua extensão oeste-leste até chegar ao município de Viamão.

Para esta região da cidade, o PDDUA reconheceu basicamente zonas predominantemente residenciais com áreas de ocupação mais ou menos intensas, dentre as quais se destaca um conjunto significativo de Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), especialmente nas proximidades do limite municipal (porção leste).

Considerando o conjunto de estratégias propostas pelo PDDUA, se destaca na região a preocupação com a estruturação de eixos de mobilidade urbana que são capazes de beneficiar a cidade como um todo. A idéia principal foi fortalecer deslocamentos norte-sul no município, no sentido transversal aos movimentos que acontecem por vias radiais em direção ao Centro Histórico. A região conta com a proposta de continuidade do Corredor de Centralidade Anita Garibaldi-Nilo Peçanha, ainda não viabilizado como espaço de densificação (aumento da quantidade de pessoas que moram ou trabalham ali), miscigenação (mistura) de atividades com a presença da diversidade de usos comerciais e residenciais no extremo leste do município.

A seguir são apresentadas as estratégias pensadas para a RP4, enquanto estratégia de cidade global.

ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA
PROGRAMA DE ESPAÇOS ABERTOS PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

(fonte: PMPA, 2008)

- BAIRROS DE INTERESSE CULTURAL
- ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO COMERCIAL SIGNIFICATIVA
- ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE INSTITUCIONAL E TERMINAIS DE TRANSBORDO
- PARQUES EXISTENTES E POTENCIAIS
- ÁREAS DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE NATURAL
- PATRIMÔNIO CULTURAL
- CORREDORES DE CENTRALIDADE
- EIXOS DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE URBANA

(fonte: PMPA, 1999)

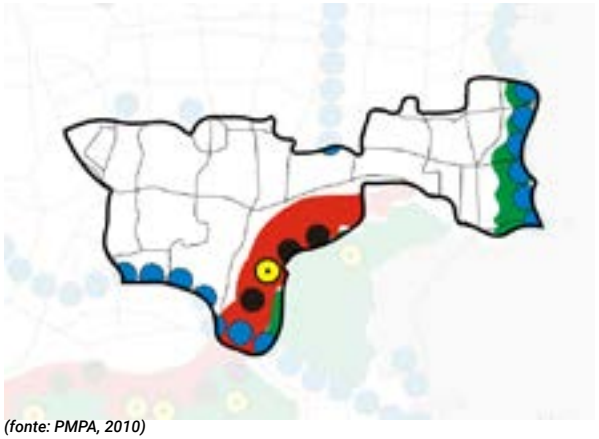
- ESTACIONAMENTO DISSUASÓRIO
- PONTO DE CONEXÃO
- TERMINAL DE INTEGRAÇÃO
- EIXO DE CARGA
- EIXO DE CARGA PROJETADO
- EIXO DE TRANSPORTE COLETIVO SEGREGADO
- EIXO DE TRANSPORTE COLETIVO SEGREGADO PROJETADO
- EIXO DE TRANSPORTE DE ALTA CAPACIDADE

ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

(fonte: PMPA, 2010)

- PARQUES EXISTENTES E PROPOSTOS

ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

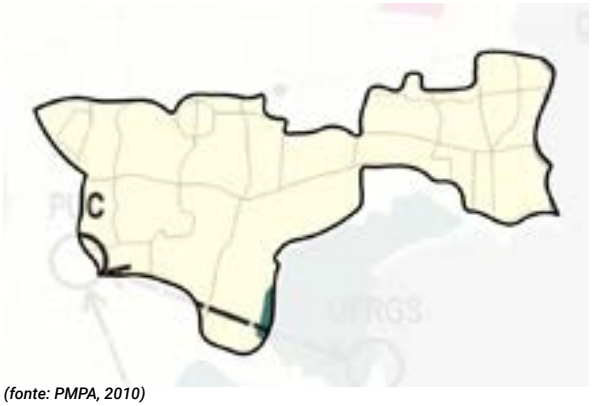


(fonte: PMPA, 2010)

- RECUPERAÇÃO DO SOLO
- RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA
- RECUPERAÇÃO DE CORPOS D'ÁGUA
- RECUPERAÇÃO URBANA
- ÁREAS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE NATURAL

ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA

AÇÕES PRIORITÁRIAS



(fonte: PMPA, 2010)

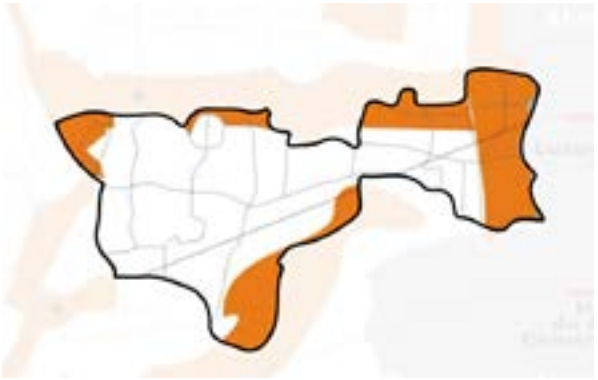
ÁREA DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE NATURAL

CIDADE CONSOLIDADA: ações prioritárias - abastecimento, ocupação/renda/consumo para os excluídos, fomento atividades econômicas

PROJETO TECNÓPOLIS: incentivo à criação de empresas de base tecnológica.

ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DA CIDADE

PROGRAMA DE PROJETOS ESPECIAIS



(fonte: PMPA, 2010)

PROGRAMA DE PROJETOS ESPECIAIS

ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DA CIDADE

PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

(fonte: PMPA, 2010)

ÁREA INTENSIVA

ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL

AEIS DE PRODUÇÃO HIS
IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS P/ AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE HIS.
UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DISPONÍVEIS: AEIS, AUOPs, PROJETOS ESPECIAIS.

USO DO SOLO PRIVADO

UNIDADES E SUBUNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO URBANA

(fonte: PMPA, 2010)

1 PRED RESIDENCIAL

3 MISTA 1

5 MISTA 2

9 MISTA 4

15.1 AIC PRED RES/ 15.2 AIC

16.1 AAC PRED RES

17 A I INSTITUCIONAL; -

19.1 A PROT AMB NATURAL

19.2 PARQUE NATURAL

AEIS, AEIS I

AEIS II

AEIS III

LEITURAS COMUNITÁRIAS

PRESENTE

Nesta parte apresentamos os resultados da **Oficina do Presente**, em que os participantes refletiram sobre a situação atual da RP4. Apresentamos um mapa de pontos de referência e de conflito da Região e, em seguida, exploramos os pontos positivos e negativos de diversos temas urbanos. A RP4 escolheu tratar dos seguintes temas: **habitação, educação, segurança, drenagem, saneamento, gestão de resíduos meio ambiente, mobilidade e transporte, esporte e lazer, assistência social e cultura e patrimônio.**

Para cada um desses temas, é apresentado o diagnóstico elaborado pelos participantes e um mapa temático que agrega a leitura técnica à leitura comunitária. A leitura técnica é representada pelos dados oficiais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), disponíveis através do Portal de Dados Abertos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA). A leitura comunitária realizada pelos participantes da oficina localiza no território os pontos positivos e negativos relativos ao tema em questão.

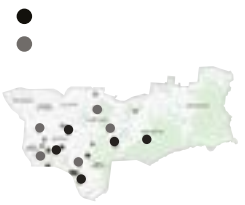
Oficina do Presente (16/03/2019) (fonte: Equipe PPAR)

Oficina do Presente (16/03/2019) (fonte: Equipe PPAR)

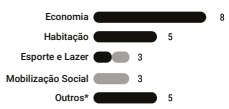
COMO LER ESTE PLANO

2 LEITURAS COMUNITÁRIAS PRESENTE

MAPA DE PONTOS DE REFERÊNCIA E CONFLITOS



Gráficos que classificam os pontos por temas:

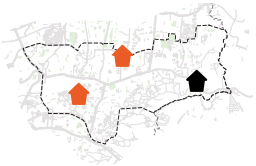


- TEMAS ESCOLHIDOS PELA RP4

MAPA RELACIONADO AO TEMA

TEMA

Aqui são discutidos os aspectos positivos e negativos relacionados ao tema e identificados no mapa.



- LEITURA COMUNITÁRIA pontos positivos (+) e negativos (-) marcados pelos participantes
- LEITURA TÉCNICA dados oficiais sobre o tema

RESUMO SOBRE AS LEITURAS COMUNITÁRIAS DO PRESENTE

TEMA

POSITIVO
Aspectos positivos sobre os pontos de referência citados no tema.

NEGATIVO
Aspectos negativos sobre os pontos de referência citados no tema.

"Como ler este plano" (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

PONTOS DE REFERÊNCIA

A temática do Presente parte da identificação de pontos de referência no território, tais como equipamentos, espaços públicos, pontos comerciais e demais aspectos que caracterizam a RP4. O mapa a seguir apresenta os pontos de referência identificados pelos participantes na Oficina do Presente.

Oficina do Presente - Pontos de Referência
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

PONTOS DE REFERÊNCIA

1 ALAGAMENTO IPÊ 2
2 ASSOC. CENTRO COMUNITÁRIO COINMA
3 AV. ANTÔNIO DE CARVALHO
4 AV. IPIRANGA
5 AV. MÃE APOLINÁRIA MATIAS BATISTA
6 CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CEA)
7 CRIP LESTE - OP LESTE
8 GRANDE FÁTIMA URBANIZAÇÃO
9 HOSPITAL INDEPENDÊNCIA
10 MELNICK - IPÊ 2
11 MORRO SANTANA
12 R. A, VILA FÁTIMA - FLUXO
13 R. DR. JOSÉ BENTO CORRÊA

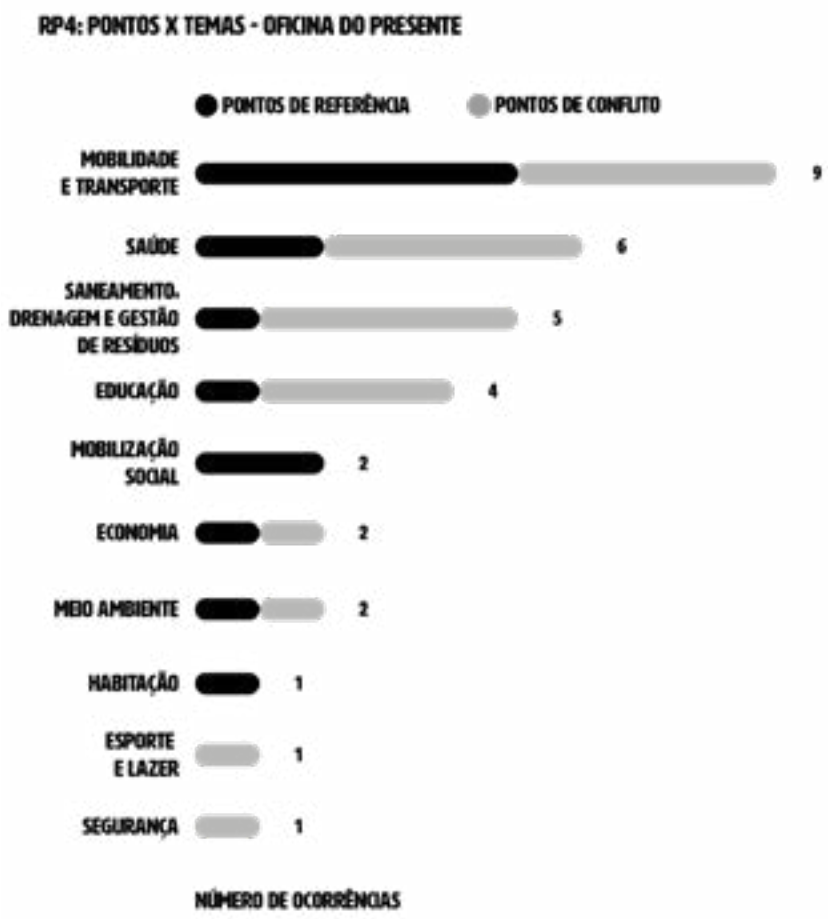
PONTOS DE REFERÊNCIA E CONFLITO

32 POSTO DE SAÚDE BOM JESUS

PONTOS DE CONFLITO

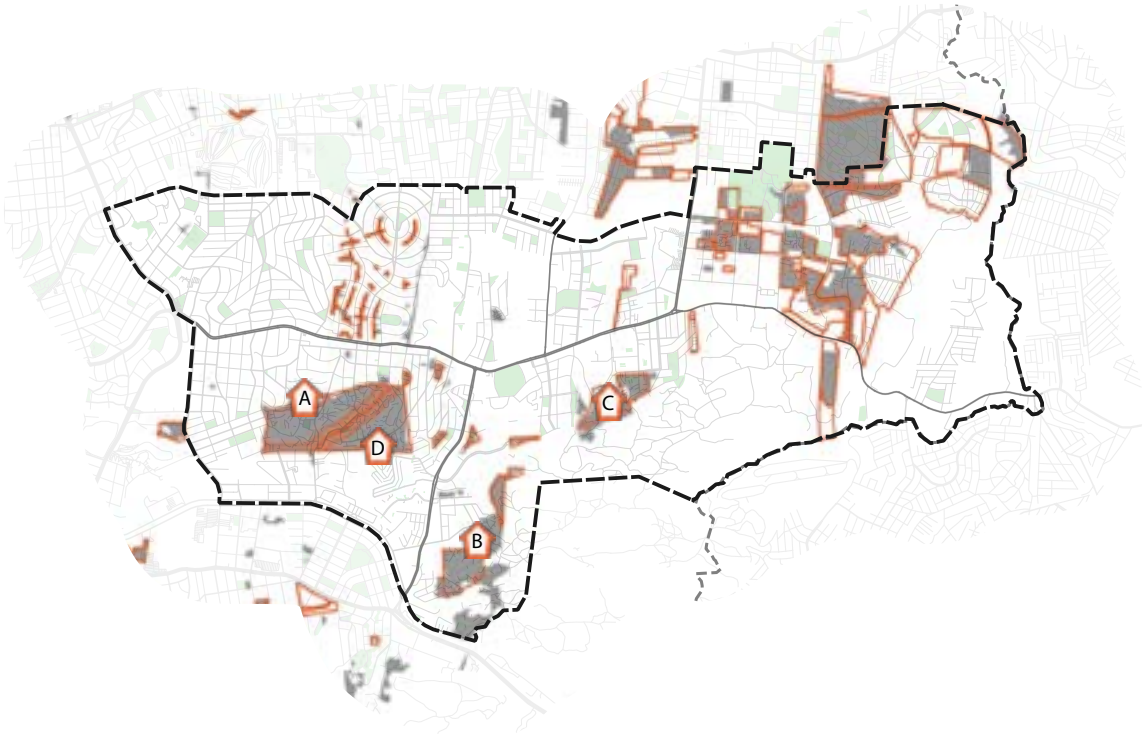
14 ARROIO MEM DE SÁ - POLUÍDO
15 AV. ANTÔNIO DE CARVALHO - ENGARRAFAMENTO
16 AV. PROTÁSIO ALVES - TRÂNSITO
17 CENTRO DE SAÚDE - PRIVATIZAÇÃO
18 CRECHE IPÊ 2
19 EDUCAÇÃO INFANTIL - PRECISA URGENTE
20 ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENI MEDEIROS
21 ESF - JARDIM CARVALHO - CEFER 1
22 PETRÓPOLIS SESC - ÔNIBUS
23 PRAÇA PROVÍ-NCIA DE SÃO PEDRO
24 R. JAYR AMAURY KOEBE - DESCARTE IRREGULAR DE LIXO
25 R. JAYR AMAURY KOEBE - LOCAL DE DROGADIÇÃO, VIOLÊNCIA SOCIAL
26 R. PIO X - ALAGAMENTO
27 R. SÃO BENEDITO
28 SHOPPING ZAFFARI MORRO SANTANA
29 TRÂNSITO, CAOS
30 UNIDADE DE SAÚDE VILA JARDIM
31 VALÃO DA PANAMÁ

O gráfico a seguir apresenta o número de pontos de referência e pontos de conflito associados a cada uma das temáticas urbanas. A temática mais lembrada foi Mobilidade, seguida por Saúde.



Pontos de Referência e Pontos de Conflito por Temática Urbana (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

HABITAÇÃO



LEITURA TÉCNICA

- RP4
- PORTO ALEGRE
- ÁGUA
- PRAÇAS E PARQUES
- VIAS PRINCIPAIS
- VILAS
- AEIS (2020)

LEITURA COMUNITÁRIA

- A R. MEN DE SÁ (-)
- B VILA BOA VISTA (-)
- C VILA DAS LARANJEIRAS (-)
- D VILA PINTO (-)

Oficina do Presente - Habitação
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

LEITURA TÉCNICA

O Mapa ao lado mostra a localização de situações negativas no que diz respeito à temática da Habitação. Localiza, também, a presença de vilas já assentadas na região e as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), segundo atualização da PMPA em Junho de 2020.

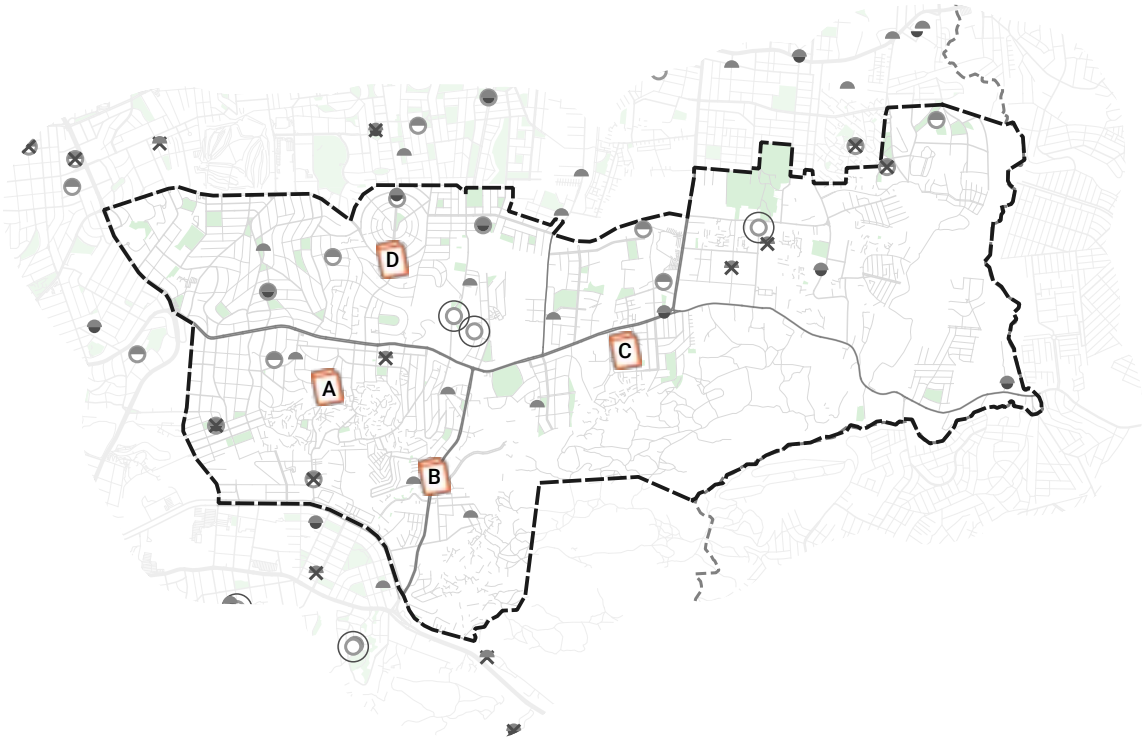
LEITURA COMUNITÁRIA

Foi apontada a necessidade de regularização fundiária das áreas de risco, onde há situação de insalubridade e ocorrem alagamentos e deslizamentos de terra. São exemplos: as regiões da Vila Pinto, Riacho Doce, Laranjeiras, Boa Vista e R. Men de Sá - algumas já contam com mais de 20 anos de luta pela regularização. Foi citado também o conflito existente entre as vilas de baixa renda e os grandes empreendimento imobiliários de alto padrão (Projetos Especiais), que além do impacto ambiental causam impacto social negativo, pois os moradores são constrangidos pelos seguranças dos novos condomínios, sentindo-se como se estivessem "invadindo" o espaço.

Foi apontado que haveria espaço para habitação popular do tipo Minha Casa Minha Vida (MCMV), já que há vazios urbanos na região. Os participantes argumentaram que esse tipo de empreendimento social causa menos impacto do que os residenciais de classe média, pois o público alvo, ou seja, a população de baixa renda, apesar de usufruir dos equipamentos públicos, utiliza principalmente o transporte público, faz uso reduzido de luz e água; as pessoas mais privilegiadas economicamente, por outro lado, sobrecarregam as vias com carros, produzem mais lixo e fazem uso desregulado de água e energia elétrica.

Segundo os participantes da oficina, seriam necessárias três etapas: a mitigação, a contrapartida e a qualificação do desenvolvimento da região com participação da comunidade a partir da percepção de suas necessidades. Foi relatado que está havendo um processo de mudança na cobrança do IPTU para valorização da área.

EDUCAÇÃO



LEITURA TÉCNICA

- RP4
- PORTO ALEGRE
- ÁGUA
- PRAÇAS E PARQUES
- VIAS PRINCIPAIS

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO

- CRECHE
- PRÉ-ESCOLA
- ENSINO FUNDAMENTAL
- ENSINO MÉDIO
- EJA

LEITURA COMUNITÁRIA

- A BAIRRO BOM JESUS (-)
- B BAIRRO JARDIM CARVALHOS (-)
- C BAIRRO MORRO SANTANA (-)
- D BAIRRO VILA JARDIM (-)

Oficina do Presente - Educação
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

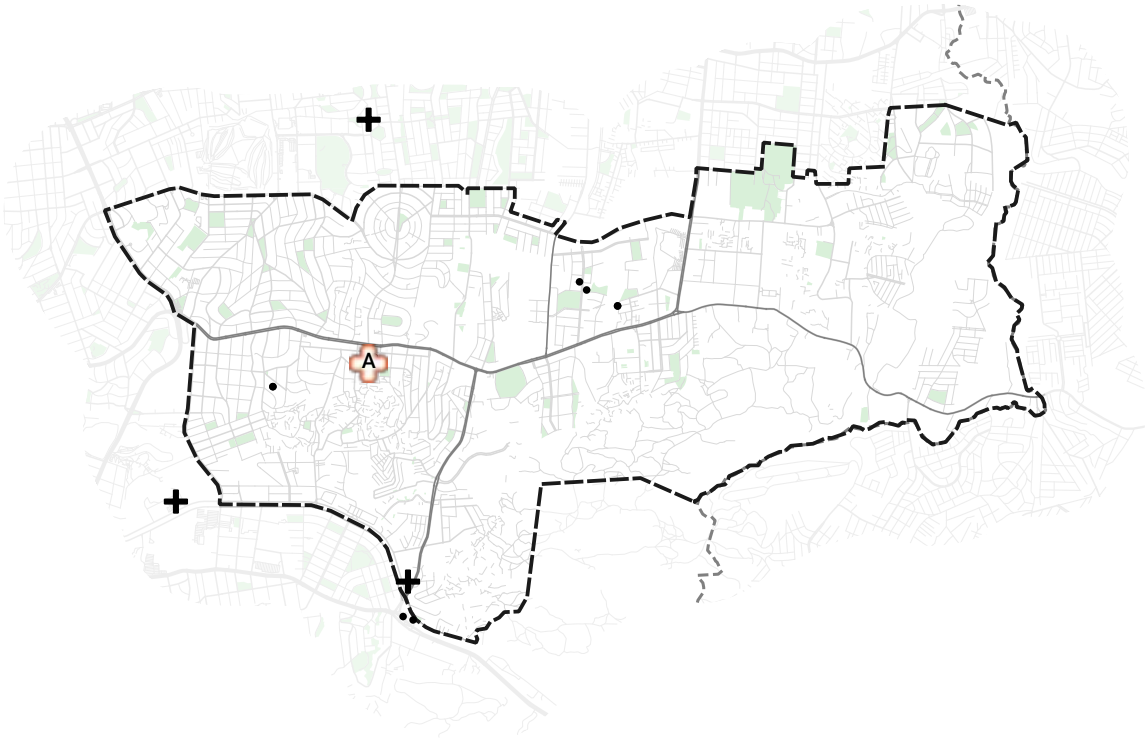
LEITURA TÉCNICA

O Mapa ao lado mostra a localização de situações negativas no que diz respeito à temática da Educação. Em preto e cinza estão localizadas as creches, pré-escolas, equipamentos de ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo dados oficiais da PMPA. Note que o mapa mostra apenas a localização das escolas; não é fornecido o número de vagas oferecidas para equipamento de educação.

LEITURA COMUNITÁRIA

Foi citado como ponto negativo o fechamento de escolas estaduais que ofereciam ensino fundamental, o que aumentou a demanda nas escolas municipais, que não conseguem suprir as necessidades. Os bairros com maior déficit educacional são Bom Jesus, Morro Santana, Vila Jardim e Jardim Carvalho. Foi apontada a necessidade de melhoria dos espaços existentes devido ao sucateamento das escolas, que se tornaram espaços não atrativos. Além disso, é necessária a implantação de novas escolas e creches, que atualmente também estão superlotadas.

SAÚDE



LEITURA TÉCNICA

- RP4
- PORTO ALEGRE
- ÁGUA
- PRAÇAS E PARQUES
- VIAS PRINCIPAIS
- HOSPITAIS
- EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

LEITURA COMUNITÁRIA

- A CENTRO DE SAÚDE BOM JESUS (-)

Oficina do Presente - Saúde
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

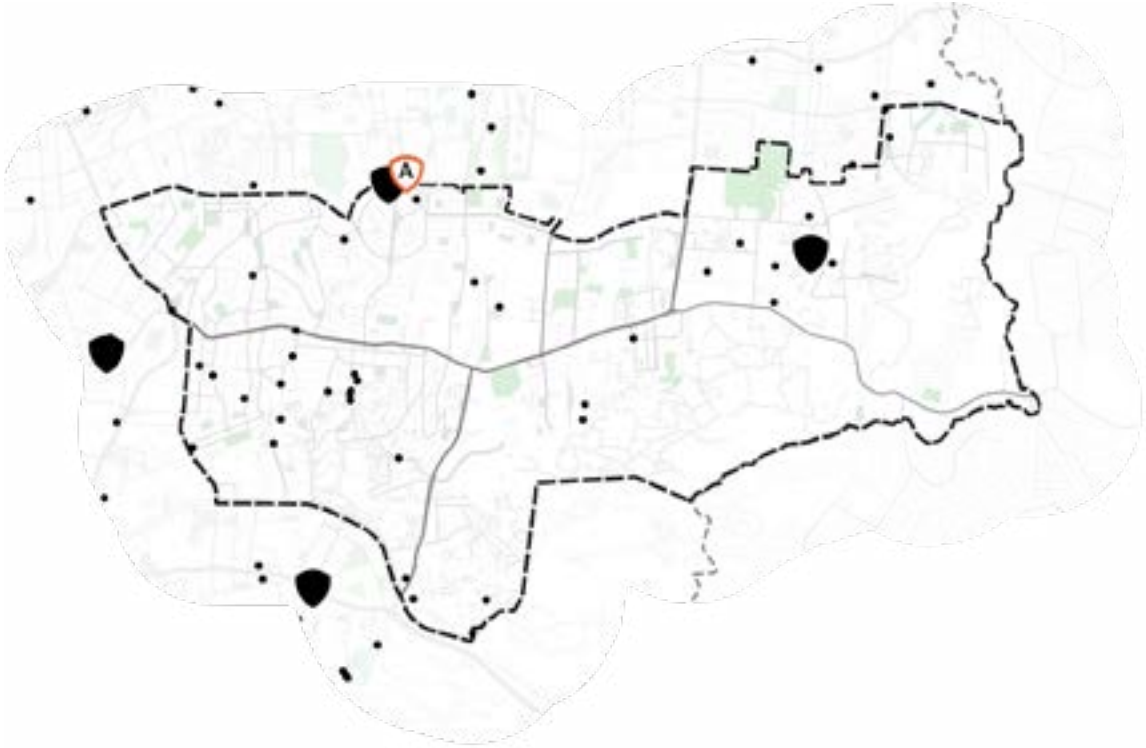
LEITURA TÉCNICA

O Mapa ao lado mostra a localização de hospitais e demais equipamentos de saúde. Nota-se a baixa incidência de equipamentos de saúde na região.

LEITURA COMUNITÁRIA

Foram citados como aspectos negativos o processo de privatização do Centro de Saúde Bom Jesus e o estrangulamento dos Programas de Saúde da Família na região, tendo em vista a superlotação causada pelo aumento do número de novos moradores com a vinda de empreendimentos especiais [Projetos Especiais]. O crescimento populacional e o aumento da demanda por atendimento de saúde fez com que, por exemplo um dos postos da região, que anteriormente atendia cerca de 8 mil moradores, atenda a aproximadamente 18 mil pessoas.

SEGURANÇA



LEITURA TÉCNICA

- RP4
- PORTO ALEGRE
- ÁGUA
- PRAÇAS E PARQUES
- VIAS PRINCIPAIS
- DELEGACIAS
- OCORRÊNCIAS DEFESA CIVIL (2013)

LEITURA COMUNITÁRIA

- A 14ª DELEGACIA DE POLÍCIA (-)

Oficina do Presente - Segurança
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

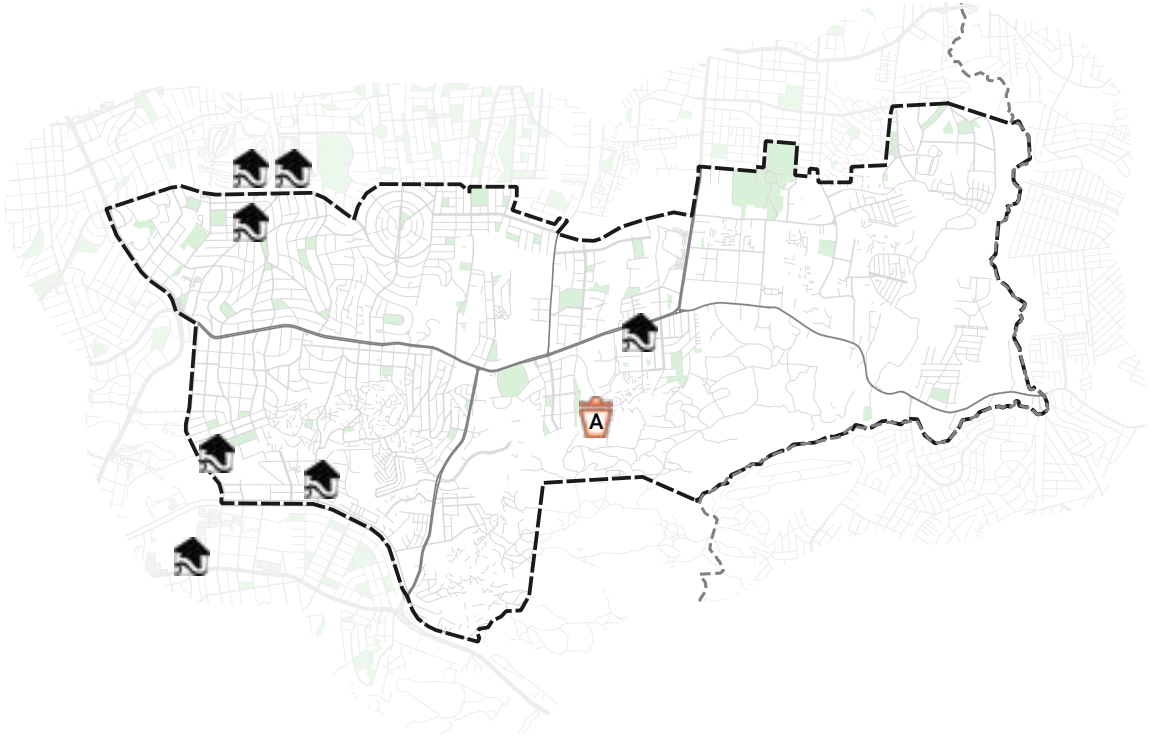
LEITURA TÉCNICA

O Mapa ao lado mostra a localização de situação negativa no que diz respeito à temática da Segurança. Os símbolos no mapa destacam as ocorrências oficias registradas pela Defesa Civil e a localização de delegacias na RP4 e entorno.

LEITURA COMUNITÁRIA

Apesar de o fórum de segurança ter uma boa intenção, ele acabou se tornando um dispositivo de medo e é pouco resolutivo; os moradores se sentem expostos e, consequentemente, não se sentem confortáveis nesse espaço. Além disso, com a desativação dos postos da Brigada Militar houve distanciamento entre a polícia e população. Foi colocado que a 14ª Delegacia de Polícia não contribui com as necessidades da população, tendo um atendimento deficitário e pouco profissional.

SANEAMENTO, DRENAGEM E GESTÃO DE RESÍDUOS



Oficina do Presente - Saneamento Básico
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

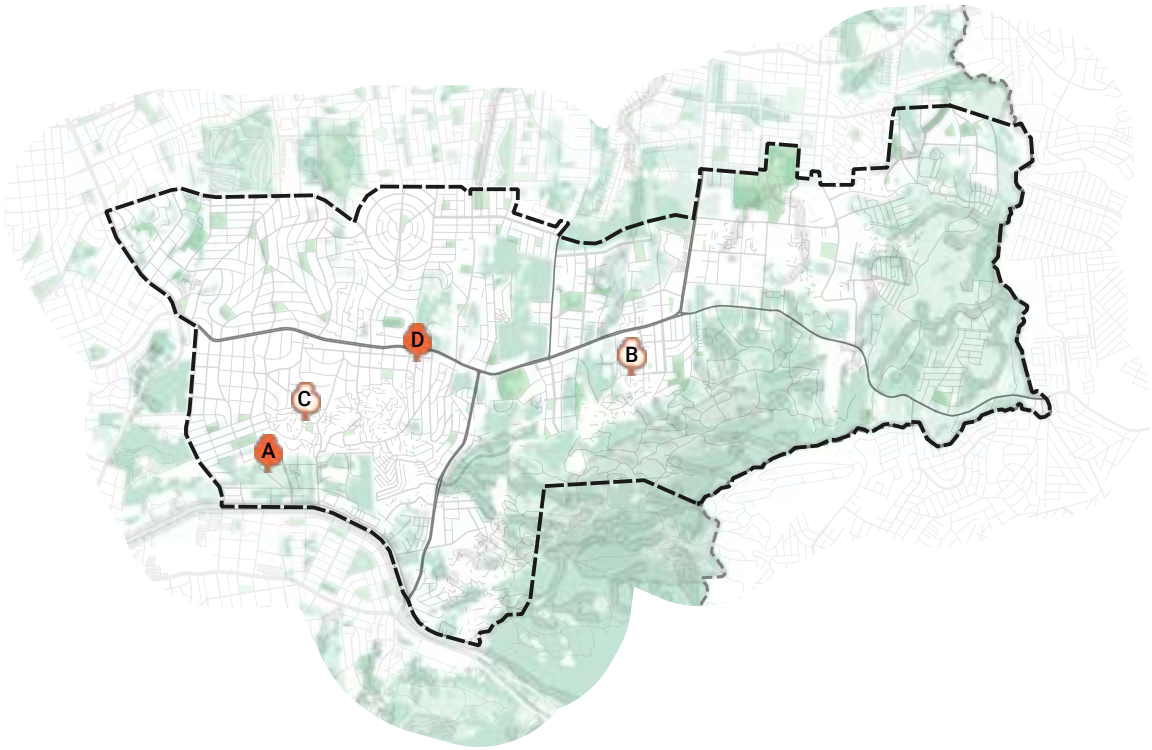
LEITURA TÉCNICA

O Mapa ao lado mostra a localização de situação negativa no que diz respeito à temática de Saneamento, Drenagem e Gestão de Resíduos. Para esta temática, nenhum destaque positivo foi dado. São apresentados os pontos de alagamento identificados pela PMPA na RP4.

LEITURA COMUNITÁRIA

Foram citados como pontos negativos a saturação das redes de esgoto existentes devido à construção de novos empreendimentos e a existência de rede mista, em que não há separação entre as redes de esgoto pluvial e cloacal. Além disso, há áreas sem acesso direto à água potável e sem projetos de saneamento básico, como na parte alta do Morro Santana, próximo à pedreira e à Vila Laranjeiras, consideradas áreas de risco.

MEIO AMBIENTE



LEITURA TÉCNICA

- RP4
- PORTO ALEGRE
- ÁGUA
- PRAÇAS E PARQUES
- VIAS PRINCIPAIS
- VEGETAÇÃO
- ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP)

LEITURA COMUNITÁRIA

- A CENTRO ESPORTIVO E CULTURAL BOM JESUS (+)
- B R. MEM DE SÁ (-)
- C SEDE CAMPESTRE DO SESC (-)
- D MORRO SANTANA (+)

Oficina do Presente - Meio Ambiente
(fonte: elaborado Equipe PPAR)

LEITURA TÉCNICA

O Mapa ao lado mostra a localização de situações positivas e negativas no que diz respeito à temática do Meio Ambiente. São apresentadas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) referentes à faixa marginal de cursos d'água e topo de morros.

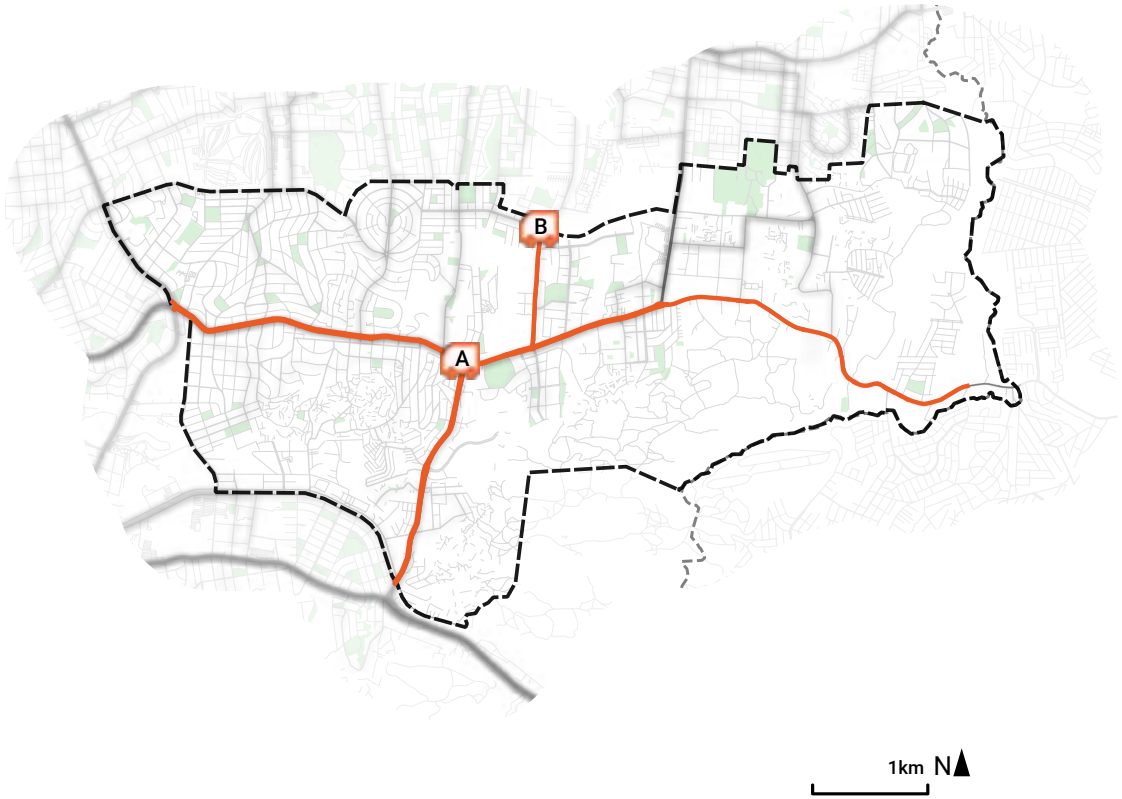
LEITURA COMUNITÁRIA

Foram citados como pontos positivos o Centro Esportivo e Cultural Bom Jesus, a Sede Campestre do SESC e as trilhas.

Foram indicadas como pontos negativos: falta de arborização; falta de regularização de praças nos bairros e parque ambiental no Morro Santana; falta de saneamento básico (água, rede de esgoto, coleta de lixo); falta de educação ambiental; falta de qualificação dos espaços de lazer existentes; situação dos arroios; revitalização ambiental no Men de Sá que, apesar de já ter um projeto, ainda não foi concretizado.

Foram apontadas duas demandas importantes. A primeira é a educação ambiental, que foi colocada como necessária para que a coleta seletiva seja feita de maneira adequada e para que menos lixo seja descartado na rua. A segunda é a opção de transformação de resíduos orgânicos das residências em energia elétrica, uma solução coletiva para diminuição de custos e de impacto ambiental. Isso criaria oportunidades de emprego para os moradores da região.

MOBILIDADE E TRANSPORTE



LEITURA TÉCNICA

- RP4
- PORTO ALEGRE
- ÁGUA
- PRAÇAS E PARQUES
- VIAS PRINCIPAIS
- ROTAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

LEITURA COMUNITÁRIA

- A PASSAGEM DE NÍVEL: AV. PROTÁSIO ALVES E AV. ANTÔNIO DE CARVALHO
- B PROLONGAMENTO: AV. ALBERTO PASQUALINI ATÉ AV. MANOEL ELIAS

Oficina do Presente - Mobilidade e Transporte
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

LEITURA TÉCNICA

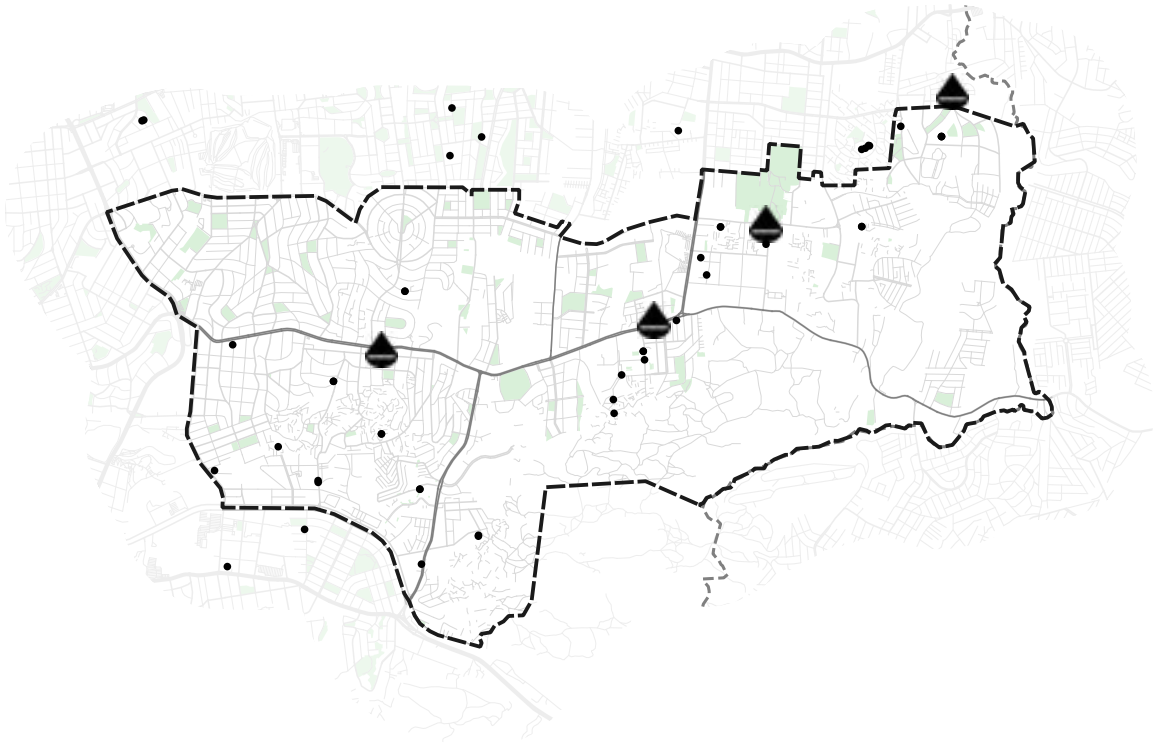
O Mapa ao lado mostra a localização de situações negativas no que diz respeito à temática da Mobilidade Urbana. O Mapa apresenta as linhas de transporte público coletivo, sendo representadas com maior intensidade as vias que contam com o maior número de linhas.

LEITURA COMUNITÁRIA

Os aspectos negativos são: a falta de linhas de ônibus na região, o sucateamento do transporte público, a falta de compromisso com os usuários, a necessidade de baldeação (os moradores precisam pegar dois ônibus para retornar às suas casas), o transtorno de horários e a superlotação dos veículos. Foi apontado o esgotamento da Av. Protásio Alves, Av. Antônio de Carvalho e R. Tenente Ary Tarragô. Há necessidade de prolongamento da Av. Alberto Pasqualini até a Av. Manoel Elias, do Beco Souza Costa ao Beco dos Marianos (saindo na Agronomia), e de uma passagem de nível da Av. Protásio Alves até a Av. Antônio de Carvalho.

Foi ressaltada a necessidade de aumentar a qualidade do transporte público e de realizar campanhas para reduzir o uso do veículo individual e até mesmo a possibilidade de rodízios de placas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL



Oficina do Presente - Assistência Social
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

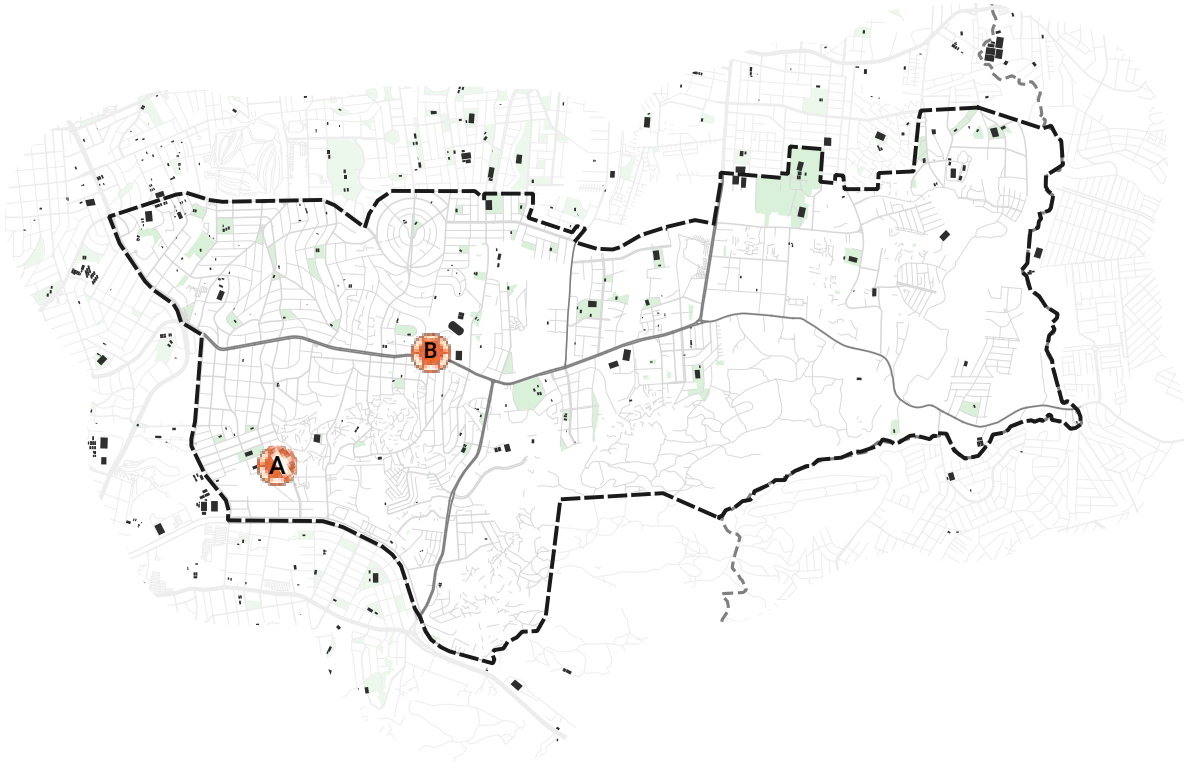
LEITURA TÉCNICA

O Mapa ao lado mostra a localização de equipamentos de Assistência Social, com destaque para os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Em preto está representada a localização dos equipamentos de assistência social da PMPA, porém não há informação do tipo de serviço prestado nem da sua capacidade.

LEITURA COMUNITÁRIA

Foi apontada a carência de apoio e de espaços de integração e recreação para idosos na região, para que não sejam necessários grandes deslocamentos. Também foi citada a falta de berçários e de educação infantil para que as mães tenham possibilidade de trabalhar. Muitos moradores não possuem CEP, o que dificulta ou impossibilita que tenham acesso aos serviços públicos.

ESPORTE E LAZER



LEITURA TÉCNICA

- RP4
- PORTO ALEGRE
- ÁGUA
- PRAÇAS E PARQUES
- VIAS PRINCIPAIS
- CAMPOS E QUADRAS

LEITURA COMUNITÁRIA

- A CENTRO ESPORTIVO E CULTURAL BOM JESUS (+ -)
- B SEDE CAMPESTRE DO SESC (+)

Oficina do Presente - Esporte e Lazer
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

LEITURA TÉCNICA

O Mapa ao lado mostra a localização campos e quadras, além de apresentar situações positivas e negativas destacada pelos participantes no que diz respeito à temática de Esporte e Lazer.

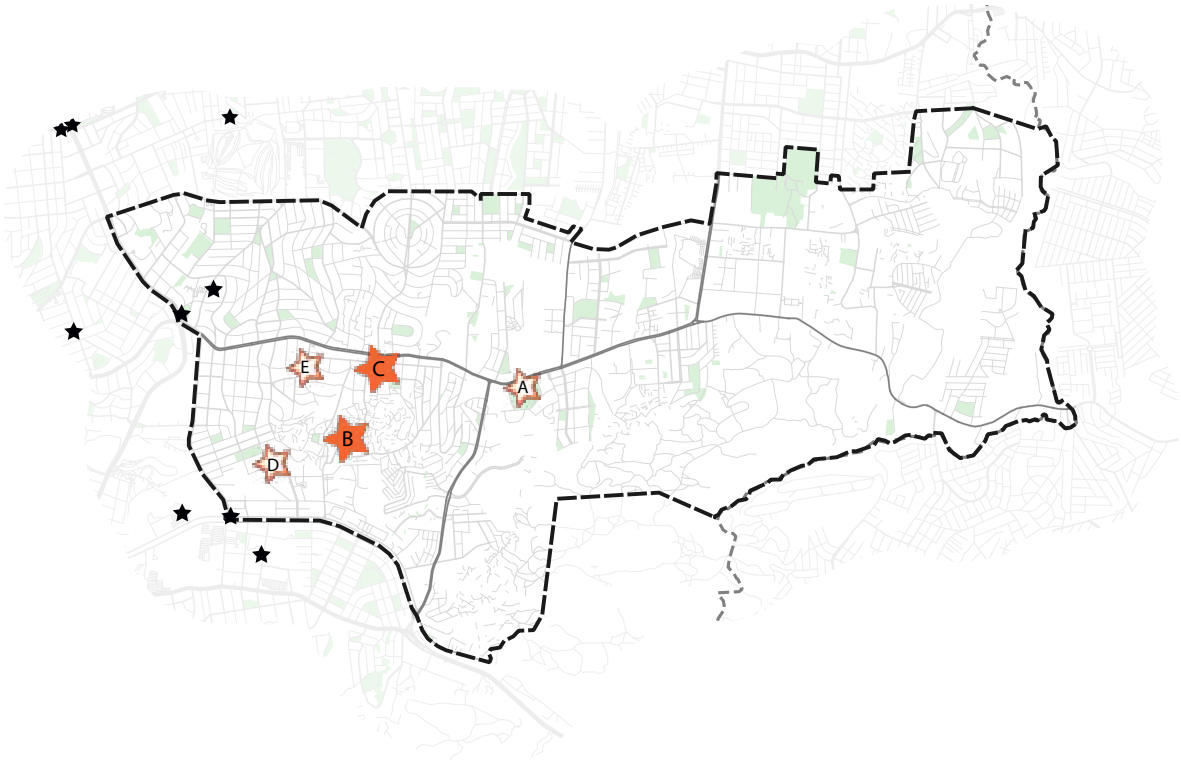
LEITURA COMUNITÁRIA

Foram apontados como aspectos positivos o Centro Cultural Bom Jesus, considerado um lugar maravilhoso para a comunidade, a Sede Campestre, que permite passeio e acesso gratuito. Os participantes identificam que o Centro Esportivo precisa ser melhor aproveitado.

As praças não possuem equipamentos como canchas de futebol, aparelhos recreativos para crianças e para atividades físicas, trilhas nem ciclovias, de modo que elas se tornam pouco atrativas. A partir do relato da morte de uma criança que brincava no meio da rua, é constatada a importância de que ruas pudessem ser fechadas aos domingos, por exemplo.

Foi lembrado que há algum tempo havia grande descentralização da cultura: a cada final de semana, acontecia uma ação cultural em uma comunidade. Em conjunto com a secretária de esportes, a rua era fechada e eram trazidos equipamentos de lazer da Prefeitura; também havia espaço para empreendedores e artistas das comunidades. Não era necessário sair em busca de lazer, havia a valorização da comunidade e da interação entre moradores. Assim, os participantes ressaltaram a importância de trazer esses equipamentos para os espaços de lazer, pois nas áreas nobres da cidade eles existem e estão sendo utilizados. Atualmente são realizadas ações em locais centrais, como no Parque Germânia, na Praça da Encol e no Marinha; nem todas as pessoas conseguem se deslocar para esses locais, de modo que é necessário potencializar os espaços da própria da comunidade.

CULTURA E PATRIMÔNIO



LEITURA TÉCNICA

- RP4
- PORTO ALEGRE
- ÁGUA
- PRAÇAS E PARQUES
- VIAS PRINCIPAIS
- EQUIPAMENTOS CULTURAIS

LEITURA COMUNITÁRIA

- A CASA BRANCA (-)
- B CENTRO DA JUVENTUDE BOM JESUS (-)
- C CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CEA) (+)
- D CENTRO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS PARTICIPATIVAS (CRIP) (+)
- E CENTRO ESPORTIVO E CULTURAL BOM JESUS (-)
- F CIRCO GIRASSOL (-)

Oficina do Presente - Cultura e Patrimônio
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

LEITURA TÉCNICA

O Mapa ao lado mostra a localização de situações e de lugares que dizem respeito à temática de Cultura e Patrimônio. São identificados apenas quatro equipamentos culturais e de formação na RP4, sendo duas bibliotecas, um memorial e um espaço de formação.

LEITURA COMUNITÁRIA

Foram citados como aspectos positivos o Centro de Educação Ambiental (CEA) e o Centro de Relações Institucionais Participativas (CRIP).

Foram apontados como aspectos negativos a destruição da Casa Branca, importante patrimônio cultural que fez parte da história da comunidade (diz-se que foi utilizada durante a Guerra dos Farrapos), a falta de descentralização da cultura dentro da região, a falta de equipamentos em geral, a falta de atividades no Centro da Juventude Bom Jesus e de incentivo ao circo Girassol. Apesar de representar um dispositivo de proteção da comunidade do seu entorno, o Centro Esportivo é reconhecido como uma região muito vulnerável e que poderia funcionar também como um centro cultural.

> *"A verdade é que não existe questão cultural apoiada pelo poder público nas periferias."*

HABITAÇÃO

NEGATIVO [-]

- Urbanização de áreas de risco;
- Conflito entre áreas de empreendimentos imobiliários de alto padrão e vilas de baixa renda;
- Regularização fundiária;
- Mudança na cobrança do IPTU e valorização da área;

EDUCAÇÃO

NEGATIVO [-]

- Fechamento de escolas estaduais que ofereciam ensino fundamental causou aumento da demanda nas escolas municipais, que tem déficit de vagas;
- Poucas creches na região e alta demanda, gerando déficit de vagas;
- Necessidade de melhoria dos espaços existentes;
- Necessidade de implantação de novos equipamentos públicos de educação;

SAÚDE

NEGATIVO [-]

- Privatização do Centro de Saúde Bom Jesus;
- Estrangulamento dos Programas de Saúde da Família na região (superlotação);

SEGURANÇA

NEGATIVO [-]

- Fórum de Segurança se tornou um dispositivo pouco resolutivo e fonte de medo;
- Exposição de moradores no Fórum de Segurança;
- A 14ª Delegacia de Polícia não contribui com a necessidade da população;
- Desativação dos postos da brigada militar distanciou a polícia da população;

SANEAMENTO, DRENAGEM E GESTÃO DE RESÍDUOS

NEGATIVO [-]

- Rede de esgoto saturada devido aos novos empreendimentos imobiliários;
- Não existem projetos de saneamento básico;
- Morro Santana (parte alta): áreas de risco e famílias sem saneamento básico;
- Rede mista, sem separação entre a coleta pluvial e cloacal;
- Existência de regiões sem (acesso direto) à água potável;

MEIO AMBIENTE

POSITIVO [+]

- Centro Cultural Bom Jesus, Centro Esportivo Bom Jesus, Sede Campestre do SESC;

NEGATIVO [-]

- Falta de arborização;
- Falta de regularização de praças nos bairros e de parque no Morro Santana;
- Falta de qualificação dos espaços de lazer, trilhas e educação ambiental;
- Falta saneamento básico;

MOBILIDADE E TRANSPORTE

NEGATIVO [-]

- Transporte público sucateado, precário e sem compromisso com os usuários: necessidade de baldeação, transtorno de horários e superlotação dos ônibus para o centro;
- Falta de linhas de ônibus;
- Esgotamento das avenidas (Av. Protásio Alves, Av. Antônio de Carvalho, R. Tenente Ary Tarragô);
- Necessidade de obras viárias;
- Necessidade de campanhas para diminuição do uso do carro;

ASSISTÊNCIA SOCIAL

NEGATIVO [-]

- Carência de programas de apoio aos idosos e de espaços de integração próximos;
- Carência extrema de berçários e educação infantil para que as mães possam trabalhar;
- Muitos moradores não possui CEP, o que dificulta ou até mesmo impossibilita seu acesso aos serviços público;

ESPORTE E LAZER

POSITIVO [+]

- Centro Cultural Bom Jesus;
- Sede Campestre do SESC;
- Espaços adequados para trilhas;

NEGATIVO [-]

- Falta de equipamentos nas praças;
- Bom Jesus não tem praça;
- Necessidade de retorno das ações promovidas em conjunto com a secretária de esportes nas comunidades;

CULTURA E PATRIMÔNIO

POSITIVO [+]

- Centro de Educação Ambiental (CEA);
- Centro de Relações Institucionais Participativas (CRIP);

NEGATIVO [-]

- Destruição da Casa Branca (patrimônio cultural);
- Falta de equipamentos de cultura;
- Falta incentivo ao circo Girassol;
- Falta de atividades culturais no Centro Juventude Bom Jesus;

LEITURAS COMUNITÁRIAS

PASSADO

Nesta parte apresentamos os resultados das **Oficinas do Passado,** em que os participantes destacaram os lugares que foram transformados de maneira positiva e negativa ao longo da história, além das transformações desejadas que nunca aconteceram. Na sequência, apresentamos relatos das memórias dos participantes para alguns desses processos de transformações. Sempre que possível, os lugares citados foram relacionados com os temas explorados na Oficina do Presente.

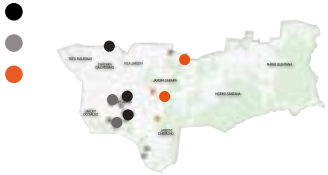
Por fim, apresentamos um quadro resumo da Oficina do Passado.

Oficina do Passado (13/05/2019 e 15/06/2019) (fonte: Equipe PPAR)

COMO LER ESTE PLANO

3 LEITURAS COMUNITÁRIAS PASSADO

MAPA DE PONTOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA



Gráficos que classificam os pontos por transformações positivas, negativas, ou, que nunca aconteceram:

1 1 1 LUGAR

[TEMA]

Aqui são discutidas as transformações relacionadas ao lugar.

FOTO DO LUGAR

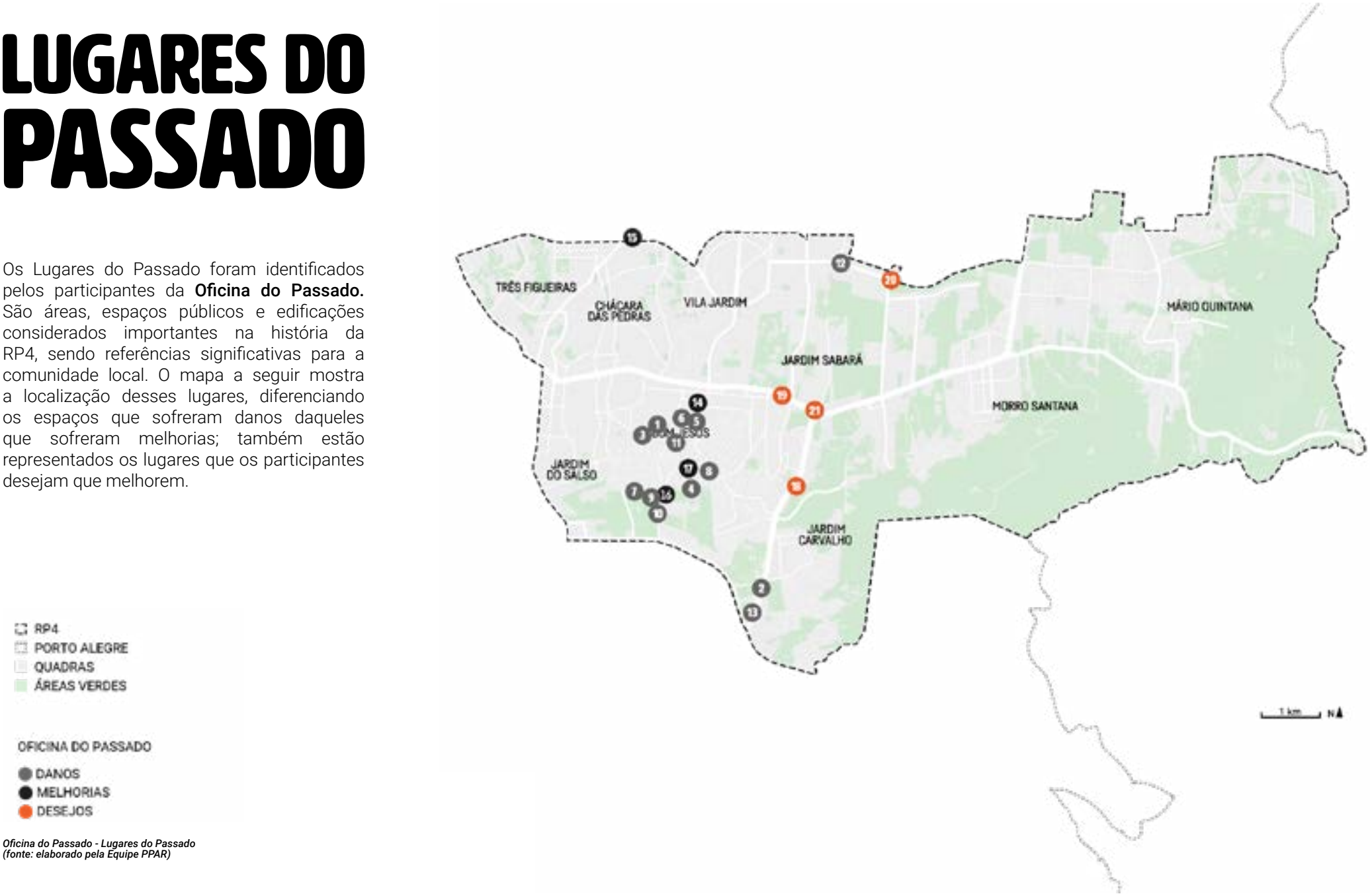
RESUMO SOBRE AS LEITURAS COMUNITÁRIAS DO PASSADO

TEMAS	LUGARES DE REF.	LEITURA COMUNITÁRIA
[TEMA1]	**LUGAR 1**	Aqui são discutidas as transformações relacionadas ao lugar.
[TEMA1] [TEMA3]	**LUGAR 2**	Aqui são discutidas as transformações relacionadas ao lugar.

"Como ler este plano" (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

LUGARES DO PASSADO

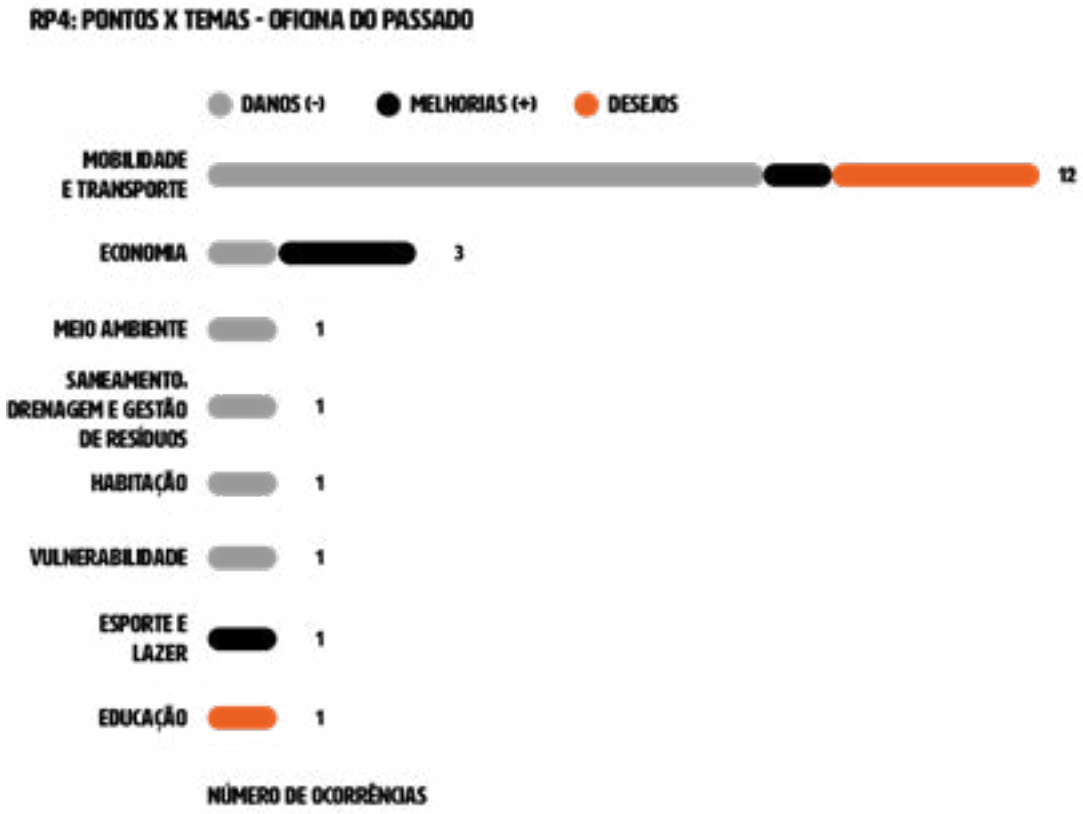
Os Lugares do Passado foram identificados pelos participantes da **Oficina do Passado.** São áreas, espaços públicos e edificações considerados importantes na história da RP4, sendo referências significativas para a comunidade local. O mapa a seguir mostra a localização desses lugares, diferenciando os espaços que sofreram danos daqueles que sofreram melhorias; também estão representados os lugares que os participantes desejam que melhorem.



Oficina do Passado - Lugares do Passado
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

1. AUMENTO DO TRÁFEGO
2. AV. ANTÔNIO DE CARVALHO
3. DESEMPREGO
4. DESRESPEITO AO MEIO AMBIENTE (NASCENTE DE RIO)
5. FALTA DE INFRAESTRUTURA PARA O FLUXO DE VEÍCULOS
6. FALTA DE ÔNIBUS PARA A COMUNIDADE
7. INVESTIMENTO NA COMUNIDADE A PARTIR DO CONDOMÍNIO ROSSI
8. LIXO NA ESQUINA DA RUA I COM RUA M
9. MUDANÇA NO FLUXO VIÁRIO (CARROS)
10. PIO X
11. PONTO DE ÔNIBUS NA AV. JOAQUIM PORTO VILANOVA
12. TRANSPORTE PÚBLICO NA REGIÃO LESTE
13. VILA IPÊ 2
14. ACESSO À AV. IPIRANGA (INTERLIGAÇÃO)
15. COMPLEXO SHOPPING IGUATEMI
16. INSTITUTO LOJAS RENNER
17. PRAÇA DOS ANJOS (REVITALIZAÇÃO)
18. ESCOLA E CRECHE
19. FLUXO DO TRÂNSITO NA AV. PROTÁSIO ALVES
20. VIAS PARA FLUXO LESTE-NORDESTE
21. VIADUTO

Os Lugares do Passado mais lembrados se relacionam com a temática de Mobilidade e Transporte, em que predominaram os danos. Em seguida, a temática que mais citadas foi Economia.



Lugares do Passado - Danos, Melhorias e Desejos por Temática Urbana (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DOS LUGARES DO PASSADO

Relatos e comentários sobre Lugares do Passado, destacando-se os principais aspectos e temáticas urbanas citados na Oficina do Passado.

18 RP4

Com relação à região do Fórum Regional de Planejamento 4, foram citados como aspectos positivos: a implantação de escolas com ensino desde a Educação Básica até o Ensino Médio; a criação de postos 24h e mais UBS dentro das comunidades; a parceria com o Instituto Lojas Renner para realização de projetos na comunidade, além do acesso ao saneamento básico, como construção de rede de esgoto, e o asfaltamento de ruas.

Constatou-se, no entanto, que a insegurança do espaço público se reflete na insegurança sofrida pelos alunos para ter acesso à Educação. Em relação à saúde, há necessidade de melhoria no atendimento e no acesso a medicações.

Diversos moradores clamam por regularização fundiária e planos de habitação para as áreas de risco nas regiões das Vilas Pinto, Fátima e Divinéia; eles também dependem da adequação das vias para a circulação de uma linha de ônibus na parte baixa dessas regiões. Além disso, há anos a comunidade do Beco Souza Costa aguarda o asfaltamento da via para possibilitar o tráfego de uma linha de ônibus que irá contemplar centenas de famílias.

Av. Protásio Alves, 1995 (fonte: Fotos Antigas RS, Flickr)

POSTOS DE SAÚDE LESTE/NORDESTE

Foram implantados Postos de Saúde, mas o atendimento está aquém das necessidades da região, de modo que as comunidades vêm sofrendo um alto impacto por não conseguir atendimento. Além disso, foi apontado que os profissionais também estão sofrendo e até mesmo adoecendo por não possuir estrutura adequada para trabalhar, o que faz com que não consigam prestar o atendimento necessário. Comentam que no Posto apenas "foram levantadas paredes e colocada na frente uma placa escrito 'Posto de Saúde'".

1 2 11 13 20 AV ANTÔNIO DE CARVALHO RUA PIO X | VILA IPÊ 2

A Zona Leste como um todo foi invadida por condomínios de médio e alto padrão, porém a estrutura da malha viária e a mobilidade urbana não foram adequadas para essa nova realidade. Os maiores prejudicados com essa situação são os moradores das comunidades, que existem há mais de 50 anos na região e sofrem os reflexos de um crescimento demográfico que acarretou na sobrecarga das galerias pluviais e de esgoto.

16 17 BAIRRO BOM JESUS | PRAÇA DOS ANJOS

A praça era conhecida como "Praça dos Porcos" ou "Praça dos Cavalos" devido à presença de lama e sujeira. A partir da mobilização dos moradores em parceria com o Instituto Lojas Renner iniciou-se um movimento comunitário para a transformação desse espaço, que antes estava abandonado, mas que hoje é lugar de esporte, lazer e diversão. Em razão do sucesso dessa mobilização, as iniciativas de desenvolvimento da comunidade continuam agora contando com mais praças.

A Praça dos Anjos é considerada o único espaço de lazer dentro da comunidade, pois o Centro Cultural e Esportivo Bom Jesus, que é um equipamento público, tem horário de funcionamento - ou seja, em determinados horários não é possível utilizar a praça. Existe ainda uma praça com um campinho de futebol e alguns brinquedos na R. Srg. Manoel Arruda, porém ela está abandonada e é utilizada apenas pelos moradores do entorno, pois é pouco conhecida.

"O único espaço de lazer é essa praça. Única pracinha com balanço, etc. (...) Essa praça aqui, por exemplo, hoje e amanhã, quando tem os campeonatos tá vindo muita gente, quase quinhentas pessoas, vem muita gente, muita gente participar. A gente brincava que parecia que o pessoal nem tomava chimarrão... que ninguém tomava chimarrão, que todo mundo tinha medo. E agora todo mundo descendo, as crianças e tudo. Os torneio das gurias voltou fortemente."

"Mas enfim, foi uma relação, bem como a gente já explicou, entre a Renner com toda comunidade da Bom Jesus. A Renner usou do Instituto Elos né, pra fazer esse momento de sentimentos e valores dentro da comunidade."

Praça dos Anjos, 2011
(fonte: Google Street View)

BAIRRO BOM JESUS MOBILIZAÇÃO SOCIAL

[INFRA] [ECON]

A comunidade se mobilizou para cobrar dos órgãos públicos que fossem realizadas obras de saneamento básico, asfaltamento das ruas e acesso à educação. A partir desse movimento foram criadas escolas que atenderam a demanda que até então não era suprida; o posto de saúde foi privatizado e houve melhorias; houve a vinda do Instituto Lojas Renner. No entanto, houve uma série de transformações negativas. O novo acesso que foi criado não teve manutenção, e a estrutura da via não suportou o número de veículos e o peso excessivo de caminhões que agora transitam por ali. Assim, há transtorno com a falta de acesso e de mobilidade. Além disso, as redes de esgoto pluvial e cloacal são misturadas e causam problemas mesmo quando não chove.

Foi ressaltada a importância do Orçamento Participativo e feito o alerta de que o Prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) criou um Projeto de Lei para tirar orçamento dos fundos. Está ocorrendo uma grande mobilização das comunidades e das instituições, que estão elaborando moção de repúdio a esse ataque aos fundos, conselhos e sociedade civil organizada. Foi salientada a importância democrática do Fundo da Saúde e do controle social.

BAIRRO BOM JESUS
VILA MATO SAMPAIO

[INFRA]

Um morador relatou que há mais de 60 anos todo o território do bairro era área verde, praticamente não havia casas, existiam poucas ruas. O Orçamento Participativo transformou toda a região, trazendo saneamento básico, luz elétrica e ruas asfaltadas. A Prefeitura nunca teve interesse na área, pois era propriedade de herdeiros que cederam aos moradores - diferentemente dos outros bairros como a Divinéia e a Vila Pinto, que foram ocupadas, tornando-se atualmente parte do complexo da Bom Jesus.

BAIRRO JARDIM ITU-SABARÁ
COINMA | ZAFFARI

[ECON]

O Grupo Zaffari adquiriu terras nas imediações do bairro Jardim Itu-Sabará para a construção de um empreendimento residencial e comercial, que foi aprovado pela Prefeitura com previsão de uma contrapartida de 1,5 milhões de reais para a restauração do Terminal Triângulo. Então, será executado o projeto de um Shopping Center com mais de 20 hectares, sem que houvesse preocupação com a implantação de um arruamento ou um viaduto para melhorar o fluxo de veículos. Este mesmo problema foi relacionado com o condomínio América da construtora Rossi, que deveria ter executado uma obra na R. Souza Costa, mas ainda nada não foi realizado.

Os participantes relataram que grandes grupos como esses não respeitam o que as comunidades requerem, e os políticos só aparecem em período de campanha para solicitar votos e não executam suas promessas. Enfatizaram que a comunidade é o que faz, como o Orçamento Participativo. O OP "inclusive já não existe mais", pois a ideia é criar um Orçamento Participativo Digital, o que afastaria as comunidades, "permanecendo apenas os intelectuais".

Rua Gomes de Freitas, 1973
(fonte: Fotos Antigas RS, Flickr)

MORRO SANTANA

Foi colocado que no Plano Diretor de Porto Alegre de 1999 a definição do tamanho mínimo de lote para construir uma habitação era de sete por quatorze metros, porém o DEMHAB já construiu casas em terrenos menores, desrespeitando essa lei. Foi apontado ainda que a contrapartida de ampliação da Rua A ainda não foi executada.

4 RIOS E NASCENTES

Na região, destro no SESC, nasce um dos 35 rios que abastece o Rio Gravataí e o Lago Guaíba. Existe também o Arroio Areia, que corta o Country Club, e o no Morro Santana há nascentes de outros rios que fazem parte da região. Assim, é importante resgatar a questão ambiental, estudar a situação das ocupações nessas áreas e explorar a região, descobrindo espaços que poderiam ser de ocupações quilombola, por exemplo.

"Mas eu vou te dizer uma coisa, eu fiz toda a minha graduação e mestrado na PUC, e ali a gente tem um grupo de pesquisa que tá fazendo estudo dos Quilombos. A gente tá com esse levantamento. E tem Quilombo que foi área comprada, não é historicamente Quilombo, e a gente sabe que tem. Por quê? Porque a gente sabe que as pessoas conseguiram articular, comprovar que ali cultuam a tradição de matriz africana, mas aquela área era uma área de preservação que foi adquirida, foi comprada. Tanto que a pessoa mais antiga do Quilombo não chega a ter 50 anos e ta titulado, entendeu. Enquanto espaços como a (Quilombo da) Anastácia em Viamão, eles estão numa batalha ferrenha pra não perder a área do Quilombo, que já perderam muito. O (Quilombo dos) Alpes luta diariamente pra não perder aquele espaço, que é um espaço de especulação imobiliária terrível. Então assim, se a gente pode também se apropriar de um espaço de reivindicar, nada mais justo que fazer isso. Mas eu acho que a gente tem que olhar pra dentro do nosso território e descobrir potencialidades que ele tem e nos apropriar, antes que alguém se aproprie."

TEMAS	LUGARES DO PASSADO	LEITURA COMUNITÁRIA
[INFRA]	**BOM JESUS VILA MATO SAMPAIO**	Há cerca de 60 anos o território era uma área verde com poucas casas e ruas - O local foi transformado devido ao Orçamento Participativo, que trouxe saneamento básico, luz elétrica e asfaltamento para as ruas;
[ECON]	**JARDIM ITU-SABARÁ COINMA | ZAFFARI**	- Zaffari adquiriu terras nas imediações do bairro Jardim Itu Sabará para construção de um residencial e comercial; - Aprovação de contrapartida de 1,5 milhões para obras no Terminal Triângulo; - Falta de respeito por parte dos grandes grupos com as comunidades; - Não execução das contrapartidas (viadutos para melhorar o fluxo, asfaltamento das ruas);
	MORRO SANTANA	- DEMHAB construiu habitações em lotes menores do que o definido no plano de 1999, desrespeitando a lei; - O terreno já está comprado e localiza-se no Morro Santana; - O projeto só não continuou devido aos protestos dos moradores que deveriam sair do local onde se encontram atualmente ;
	RIOS E NASCENTES	- Existência de rios e de nascentes na região ; - Importância da questão ambiental;
	QUILOMBOS	- Existência de quilombos que não são historicamente quilombos, mas áreas compradas; - Luta do Quilombo dos Alpes e do Quilombo da Anastácia (Viamão) por reconhecimento; - Necessidade de observar o território para descobrir suas potencialidades;
	POSTOS DE SAÚDE LESTE/NORDESTE	- Atendimento aquém das necessidades das comunidades; - Problema com os profissionais que estão adoecendo por não ter estrutura para trabalhar;

TEMAS	LUGARES DO PASSADO	LEITURA COMUNITÁRIA
	RP4	- Acesso ao saneamento básico e asfaltamento de ruas das comunidades; - Parceria com o Instituto Lojas Renner para projetos na comunidade; - Aumento da população nos últimos 20 anos e esgotamento da infraestrutura obtida via OP; - Necessidade de maior qualidade no atendimento nos postos de saúde, na marcação de consultas e acesso à medicação; - Necessidade de comunicação para mobilização das comunidades; - Implantação de novas escolas abrindo acesso à Educação Básica até o Ensino Médio; - Criação de posto 24h e mais UBS dentro das comunidades; - Falta de manutenção das vias e asfaltamento para possibilitar o tráfego de linhas de ônibus em algumas áreas; - Falta de segurança nos espaços e aos alunos para acesso à Educação; - Necessidade de regularização fundiária; - Desvalorização e falta de cuidado com os recursos naturais existentes na região;
	AV. ANTÔNIO DE CARVALHO RUA PIO X VILA IPÊ 2	- Invasão de condomínios de médio e alto padrão na Zona Leste; - Crescimento demográfico e esgotamento da infraestrutura básica como as redes de esgoto; - Estrutura da malha viária e mobilidade urbana não foram adequados à nova realidade;
	BOM JESUS PRAÇA DOS ANJOS	- Mobilização dos moradores e parceria com o Instituto Lojas Renner para transformação da praça (anteriormente abandonada); - Único espaço de lazer existente na comunidade; - Importante espaço de esporte, lazer e diversão;
[INFRA] [ECON] 	**BOM JESUS MOBILIZAÇÃO SOCIAL**	- Conquistas como saneamento básico, asfaltamento de ruas, criação de escolas e melhorias no posto de saúde; - Em razão da mobilização que deu certo surgiram outras iniciativas de desenvolvimento da comunidade; - A estrutura das vias executadas não suporta o número de veículos e o peso dos caminhões; - Falta de mobilidade urbana e de acessos; - Redes de esgotos cloacal e pluvial misturadas; - Importância do Orçamento Participativo e do Fundo de Saúde; - Criada a PL para tirar o orçamento dos fundos, necessidade de mobilização geral para barrá-la;

LEITURAS COMUNITÁRIAS

FUTURO

COMO LER ESTE PLANO

Nesta parte apresentamos os resultados da **Oficina do Futuro**, em que os participantes desenvolveram as propostas de interesse da comunidade que consideraram mais relevantes. A RP4 escolheu os seguintes temas: **habitação, educação, mobilidade, meio ambiente, saúde, mobilização, drenagem, saneamento e gestão de resíduos, raça e planejamento**.

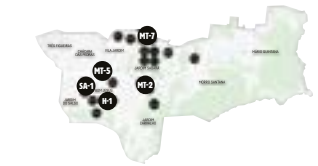
Apresentamos as propostas com sua localização na RP4. O item "o que diz o Estatuto da Cidade?" indica quais são os instrumentos do Estatuto da Cidade que podem contribuir para colocar em prática as propostas apresentadas. Nem todas as propostas são contempladas por instrumentos do Estatuto. Por fim, apresentamos um cronograma para realização das propostas, conforme estabelecido pelos participantes da Oficina do Futuro.

Oficina do Futuro (31/08/2019) (fonte: Equipe PPAR)

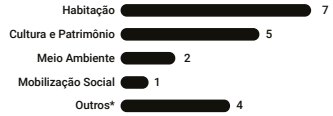
Oficina do Futuro (31/08/2019) (fonte: Equipe PPAR)

4 LEITURAS COMUNITÁRIAS
FUTURO

LOCALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS



Gráficos que apresentam os temas escolhidos para propostas:



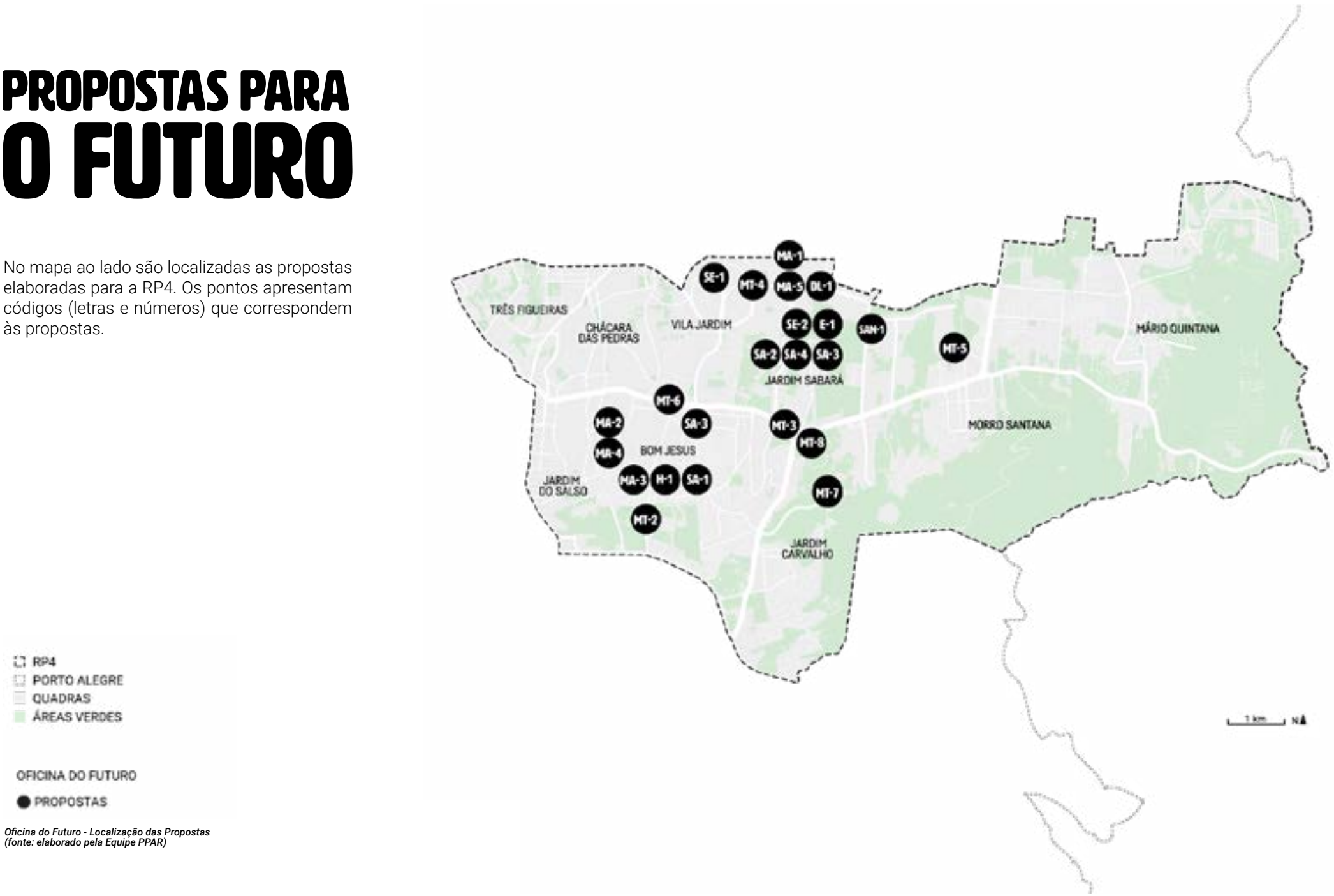
QUADRO DE PROPOSTAS

TEMA	O QUE
MAPA	COMO
FOTO	QUEM
CÓDIGO PROPOSTA	NOTA: Estatuto da Cidade
	QUANDO
	PRAZO

"Como ler este plano" (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

PROPOSTAS PARA O FUTURO

No mapa ao lado são localizadas as propostas elaboradas para a RP4. Os pontos apresentam códigos (letras e números) que correspondem às propostas.



Oficina do Futuro - Localização das Propostas (fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

A maior parte das propostas está relacionada à temáticas de Mobilidade e Transporte, seguida por Meio Ambiente, Saúde e Segurança, conforme representado no gráfico abaixo.

Propostas por Temática Urbana
(fonte: elaborado pela Equipe PPAR)

Alguns instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 2001) podem contribuir para a implementação das propostas. Destaca-se o Artigo 2º (anexo), que define as diretrizes para que se possa garantir o objetivo de ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. As ações propostas pela RP4 para os temas educação, saúde e segurança não têm, como regra geral, uma correspondência explícita junto aos instrumentos do Estatuto da Cidade previstos a partir do artigo 4º.

Cabe avançar para processos de gestão democrática participativa em todas as fases do processo de planejamento urbano das cidades. Para as temáticas da educação, saúde e segurança são necessários sistemas de informações e monitoramento que permitam avaliar permanentemente a distribuição espacial dos equipamentos bem como a qualidade dos serviços prestados.

Os artigos do Capítulo IV do Estatuto sobre Gestão Democrática da Cidade, por sua natureza, têm incidência sobre quase todas as propostas apresentadas. Todas as propostas criadas pelos representantes da RP4 são, portanto, ações que deveriam estar associadas a um sistema de gestão do planejamento municipal como expressão de políticas públicas setoriais e integradas, articuladas a um processo de discussão da cidade capaz de considerar, a cada momento, demandas da sociedade nos seus diferentes espaços de vivência.

HABITAÇÃO

H 1 - RP4

O QUE

Priorizar a construção de moradias para realocar as pessoas que estão em áreas de risco (Pedreira, Morro, etc) na mesma comunidade e promover regularização fundiária.

COMO

Mapeamento, cadastro/registro das moradias em áreas de risco; localização de terrenos disponíveis; contrapartidas de grandes empreendimentos imobiliários.

QUEM

DEMHAB, associações de moradores organizados em cooperativas habitacionais; empreendimentos imobiliários.

ESTATUTO DA CIDADE

A construção de moradias de interesse social precisa estar inserida em uma política habitacional que dialogue com as demais políticas urbanas. Somente desta maneira será possível avançar para o que está disposto no artigo 2º do Estatuto da Cidade sobre cidades sustentáveis.

Com vistas a atender a proposta H-1, o grande instrumento previsto pelo Estatuto da Cidade é a instituição de Áreas Especiais de Interesse Social, denominadas de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) por esta lei federal. Na sua diversidade, as ZEIS podem ser áreas que incidam sobre vazios urbanos ou sobre áreas já ocupadas caracterizando ZEIS de "produção de novas áreas habitacionais ou ZEIS de "regularização fundiária".

A seguir são elencados alguns artigos do Estatuto da Cidade que devem ser avaliados dentro de uma leitura cruzada de possibilidades para a viabilização de ZEIS dentro de uma política habitacional integrada com as demais políticas urbanas. Por isso, torna-se de fundamental considerar os instrumentos de gestão do planejamento urbano que serão apresentados para as próximas propostas da RP4, tais como meio ambiente, saneamento, drenagem e lixo.

Da mesma forma, com vistas a propiciar uma adequada definição de prioridades para a política habitacional, deve ser valorizado o fortalecimento dos sistemas de acompanhamento e controle do desenvolvimento urbano definidos no artigo 41, inciso II do Estatuto da Cidade como conteúdo mínimo do plano diretor.

O QUÊ? EC Art. 2º
Art, 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
(...)
XIV– regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

O QUÊ? EC Art. 4º
Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:
V – institutos jurídicos e políticos:
f) instituição de zonas especiais de interesse social;
r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;

HABITAÇÃO

H 1 - RP4

O QUÊ? EC Art. 5º

Art. 5o Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

CONTEÚDO INSERIDO NA SEÇÃO II, DO CAPÍTULO II QUE TRATA SOBRE O PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

O QUÊ? EC Art. 39

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei.

O ARTIGO 2º ENFATIZA AS DIRETRIZES GERAIS PARA QUE SE ALCANCE O ORDENAMENTO DO PLENO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE E DA PROPRIEDADE URBANA.

O QUÊ? EC Art. 42

Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:

I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5o desta Lei;

II – disposições requeridas pelos artigos. 25 (Direito de Preempção), 28 (Outorga Onerosa do Direito de Construir), 29 (Alteração de Uso do Solo), 32 (Operação Urbana Consorciada) e 35 (Transferência do Direito de Construir)desta Lei;

III – sistema de acompanhamento e controle.

Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

I - parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e a contribuir para a geração de emprego e renda; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

II - mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

III - planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastre; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

IV - medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

V - diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, se houver, observadas a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, e demais normas federais e estaduais pertinentes, e previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, onde o uso habitacional for permitido. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

VI - identificação e diretrizes para a preservação e ocupação das áreas verdes municipais, quando for o caso, com vistas à redução da impermeabilização das cidades. (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

§ 1o A identificação e o mapeamento de áreas de risco levarão em conta as cartas geotécnicas. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 2o O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 3o Os Municípios adequarão o plano diretor às disposições deste artigo, por ocasião de sua revisão, observados os prazos legais. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 4o Os Municípios enquadrados no inciso VI do art. 41 desta Lei e que não tenham plano diretor aprovado terão o prazo de 5 (cinco) anos para o seu encaminhamento para aprovação pela Câmara Municipal. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

QUANDO

LONGO PRAZO: 20 ANOS

EDUCAÇÃO

E 1 - RP4

O QUE

Oferecer atividades educacionais no contraturno escolar para jovens e comunidade em geral.

COMO

Melhorar e modernizar a Biblioteca em parceria com as escolas. Criar espaços para propor atividades educacionais, como centro de convivência. Oferecer cursos gratuitos. Promover campanhas de adoção de bibliotecas e buscar parcerias com editoras.

QUEM

Secretaria de Educação, associações de moradores, Município providenciando ao contraturno uma equipe técnica.

ESTATUTO DA CIDADE

Não há disposição específica no Estatuto da Cidade que trate deste assunto. Entretanto, a questão é pertinente e se situa, como muitas das outras apresentadas neste documento, como sugestão que precisa ser tratada dentro de uma qualificação do processo de planejamento urbano de nossa cidade. Portanto, todos os instrumentos referidos até aqui são importantes também para a gestão de uma política de ensino integrada às demais políticas urbanas constantes no plano diretor.

QUANDO

URGENTE: 1 A 2 ANOS

SAÚDE

SA 1
BOM JESUS

O QUE

Qualificar as Unidades de Saúde.

COMO

Construir a nova UBS Mato Sampaio, Laranjeiras e Milta Rodrigues. Realizar concurso público para aumentar o número de profissionais no atendimento.

QUEM

Prefeitura, reivindicações populares, conselho de saúde regional.

QUANDO

MÉDIO PRAZO: 10 ANOS

SAÚDE

SA 2
BOM JESUS

O QUE
Construção do novo posto pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC), cujo projeto e área já estão definidos (área em comodata na esquina da R. Guadalajara e R. República do Peru).

COMO
Destravar o projeto junto ao Grupo Hospitalar Conceição e Prefeitura para realização da obra.
Mais agentes de saúde, ampliar a relação do posto com a comunidade e dar prioridade de atendimento pela localização geográfica.

QUEM
Prefeitura e GHC, conforme compromisso assumido com a comunidade.

QUANDO
CURTO PRAZO: 5 ANOS

SA 3
BOM JESUS

O QUE
Ampliação do serviço de saúde do pronto atendimento Bom Jesus; Transformar o PA da Bom Jesus em UPA, sem a terceirização dos serviços prestados.

COMO
Reforçar todo o trabalho do Conselho Distrital para manter o atendimento com profissionais do município, e transformando o PA em UPA.

QUEM
Comunidade, conselheiros de saúde e Prefeitura.

ESTATUTO DA CIDADE
Não há disposição específica no Estatuto da Cidade que trate deste assunto. Entretanto, as questões são pertinentes e se situam, como muitas das outras apresentadas neste documento, como propostas que precisam ser tratadas dentro de uma qualificação do processo de planejamento urbano de nossa cidade. Portanto, todos os instrumentos referidos até aqui são importantes também para a gestão de uma política de saúde integrada às demais políticas urbanas constantes no plano diretor.

QUANDO
CURTO PRAZO: 5 ANOS

SEGURANÇA

SE 1 - COINMA E JARDIM SABARÁ

O QUE

Maior atuação da polícia civil.

COMO

Maior participação da polícia civil nos fóruns de segurança. Maior investigação dos casos.

QUEM

Estado, Prefeitura, associação dos bairros fazendo pressão, guarda municipal, secretaria de segurança estadual.

QUANDO

URGENTE: 1 A 2 ANOS

SE 2 - RP4

O QUE

Patrulhamento ostensivo nas ruas. Ampliar o patrulhamento ostensivo principalmente nas escolas, paradas de ônibus, postos de saúde e áreas de comércio.

COMO

Aumentar o número de policiais e veículos nestes patrulhamentos bem como da guarda municipal.

QUEM

Brigada Militar e Guarda Municipal.

QUANDO

CURTO PRAZO: 5 ANOS

SEGURANÇA

SE 3
POSTO DE SAÚDE COINMA

O QUE
Projeto de segurança no trânsito para acesso ao posto de saúde Coinma. Problemas na segurança de pedestres para o acesso ao posto de saúde, circulação de pedestres.

COMO
Estudo e implantação de formas de dar maior segurança ao acesso dos usuários quando atravessam as ruas que dão acesso ao posto de saúde (sinaleiras, lombadas, etc).

QUEM
EPTC, Prefeitura.

ESTATUTO DA CIDADE
Não há disposição específica no Estatuto da Cidade que trate deste assunto. Entretanto, as questões são pertinentes e se situam, como muitas das outras apresentadas neste documento, como propostas que precisam ser tratadas dentro de uma qualificação do processo de planejamento urbano de nossa cidade. Portanto, todos os instrumentos referidos até aqui são importantes também para a gestão de uma política de saúde integrada às demais políticas urbanas constantes no plano diretor.

QUANDO
CURTO PRAZO: 5 ANOS

SANEAMENTO, DRENAGEM E GESTÃO DE RESÍDUOS

SAN 1 JARDIM ITU-SABARÁ

O QUE
Melhoria das condições do arroio Mangueira (Valão Paula Soares) e toda a rede de esgoto do bairro Itú Sabará.

COMO
Aumento de capacidade; instalação de uma estação de tratamento de esgoto e fechamento estratégico de alguns pontos.

QUEM
DMAE/DEP com o tensionamento da associação da comunidade.

QUANDO
A DEFINIR

DL 1 - AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, AV. ALBERTO PASQUALINI, R. PAULA SOARES

O QUE
Qualificar a estrutura de drenagem da R. Joaquim Porto Villanova, R. Pio X (final), Av. Alberto Pasqualini e Av. Prof. Paula Soares

COMO
Construção de galerias para evitar alagamentos.

QUEM
Conselheiros e fórum da RP4, pressão através de ofícios, DEP/DMAE, OP e todos os fóruns de participação.
*Representantes da comunidade, fóruns de participação popular.

ESTATUTO DA CIDADE
Esta questão se relaciona diretamente com a constatação sobre as carências pontuais de ações específicas em setores urbanos que poderiam perfeitamente estar inseridas em um plano de ação para bairros ou regiões da cidade e discutidas dentro de uma gestão orçamentária participativa, para além da discussão que precisa se fortalecer dentro de processo de planejamento urbano, participativos por pressuposto. A questão do saneamento pode se utilizar dos instrumentos já descritos para as propostas de MA-1 a MA-5 e para a proposta DL-1. Estas trazem o conceito de cidades sustentáveis, de gestão democrática da cidade, além de destacar a perspectiva de acompanhamento e monitoramento da realidade urbana e das regras do plano diretor, incluindo as que se relacionam com avaliação de impactos.

Um adequado acompanhamento e controle do que se passa com a cidade precisa contemplar indicadores da realidade urbana que sinalizem obras ou que, mediante avaliação de impacto e monitoramento, indiquem mitigações,

SANEAMENTO, DRENAGEM E GESTÃO DE RESÍDUOS

DL 1 - AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, AV. ALBERTO PASQUALINI, R. PAULA SOARES

compensações ou restrições (temporárias ou não) envolvendo a ocupação dos diversos setores urbanos. Entre os instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade alguns são muito importantes para tratar das temáticas envolvidas com a drenagem e o lixo.

Em primeiro lugar, o "zoneamento ambiental" precisa ser parte de uma política mais ampla de ocupação do solo. Da mesma forma, deve ser orientador da gestão ambiental do território municipal. Precisa informar, por exemplo, área aptas ou não aptas à ocupação segundo um conjunto de critérios e deve oferecer subsídios às definições das regras para construir ou parcelar o solo em diversos locais, enfatizando especialmente aquelas que estão definidas como conteúdos mínimos do plano diretor.
Junto com o zoneamento ambiental a"gestão orçamentária participativa" é instrumento que pode e deve cooperar para a definição de prioridades na cidade considerando a especificidade de seus diferentes espaços locais.

O quê?
EC Art.4°, inciso III, alínea "c"
Art. 4 o. Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:
III – planejamento municipal, em especial:
c) zoneamento ambiental;
f) gestão orçamentária participativa.

Em segundo lugar o Estudo de Impacto de Vizinhanças referido pelo Estatuto da Cidade é o instrumento de análise prévia das repercussões positivas ou negativas de novos empreendimentos sobre determinados territórios da cidade.

O QUÊ?
EC Art.36
Ar. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

O QUÊ?
EC Art.37
Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:
I – adensamento populacional;
II – equipamentos urbanos e comunitários;
III – uso e ocupação do solo;
IV – valorização imobiliária;
V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
VI – ventilação e iluminação;
VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.

O QUÊ?
EC Art.38
Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
E finalmente em terceiro lugar, artigo sobre conteúdos mínimos do plano diretor relacionam quais os principais instrumentos que podem auxiliar no controle das políticas de uso do solo, quer mediante um conjunto de normas, quer pelos indicadores da realidade urbana.

SANEAMENTO, DRENAGEM E GESTÃO DE RESÍDUOS

DL 1 - AV. JOAQUIM PORTO VILLANOVA, AV. ALBERTO PASQUALINI, R. PAULA SOARES

O QUÊ?
EC Art. 42
O plano diretor deverá conter no mínimo:
I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5o desta Lei;
II – disposições requeridas pelos artigos. 25 (Direito de Preempção), 28 (Outorga Onerosa do Direito de Construir), 29 (Alteração de Uso do Solo), 32 (Operação Urbana Consorciada) e 35 (Transferência do Direito de Construir)desta Lei;
III – sistema de acompanhamento e controle.

QUANDO

MÉDIO PRAZO: 10 ANOS

MEIO AMBIENTE

MA 1 - BOM JESUS, JARDIM ITU-SABARÁ, COINMA

O QUE
Qualificação das praças existentes por meio de limpeza, arborização, iluminação, equipamentos para ginástico/esporte e lazer (bancos)

COMO
A Comunidade deve realizar o mapeamento das praças e fazer pressão na fiscalização.
Trabalho comunitário para acionar os órgãos responsáveis; solicitar serviços da Prefeitura Municipal de Porto Alegre pelo número 156; adoção de praças.

QUEM
Comunidade, SMAMs, PMPA.

QUANDO
CURTO PRAZO: 5 ANOS | MÉDIO PRAZO: 10 ANOS | LONGO PRAZO: 20 ANOS

(ESGOTOS)

MA 2 - BOM JESUS, JARDIM ITU-SABARÁ, COINMA

O QUE
Educação ambiental; informação.

COMO
Verificar projetos existentes de educação ambiental no município.

QUEM
PMPA.

QUANDO
CURTO PRAZO: 5 ANOS | MÉDIO PRAZO: 10 ANOS | LONGO PRAZO: 20 ANOS

(ESGOTOS)

MEIO AMBIENTE

MA 3 - BOM JESUS, JARDIM ITU-SABARÁ, COINMA

O QUE
Separação do esgoto cloacal e pluvial.

COMO
A população deve pressionar os órgãos competentes.

QUEM
Ofícios para DEP/DMAE.

QUANDO
LONGO PRAZO: 20 ANOS

MA 4 - BOM JESUS, JARDIM ITU-SABARÁ, COINMA

O QUE
Construção de Postos de Entrega Voluntária (PEV) e de Unidades de Destino Certo (UDC) para entrega de resíduos sólidos e não sólidos.

COMO
Pedido ao DMLU.

QUEM
DMLU.

QUANDO
CURTO PRAZO: 5 ANOS | MÉDIO PRAZO: 10 ANOS | LONGO PRAZO: 20 ANOS

(ESGOTOS)

MEIO AMBIENTE

MA 5 - RP4

O QUE

Requalificação ambiental do arroio Paula Soares, que está poluído pelas saídas de esgoto e com taludes deteriorados em vários pontos.

COMO

Recuperação dos taludes (curto prazo); processo de despoluição com separação do esgoto cloacal das águas do arroio (médio e longo prazo); readequação da capacidade de drenagem da região.
Mobilizar a comunidade e as escolas por meio de Educação Ambiental, a fim de proteger as nascentes e despoluir o arroio.

QUEM

Ação da PMPA, envolvendo a comunidade, empreendedores e associações.

ESTATUTO DA CIDADE

As diversas questões levantadas entre as propostas MA-1 e MA-5 têm relação direta com a gestão democrática de políticas públicas de organização da cidade, capazes de impactar os territórios de vivência cotidiana da população e conseqüentemente a qualidade de vida. Fazem, como regra geral, referência a ações que representam carências em determinados locais que precisam ser encaminhadas ao poder público.

Na abrangência do Estatuto da Cidade se identificam, no mínimo em 3 partes, conteúdos que são fundamentais para alcançar os resultados pretendidos pelas cinco propostas. Em primeiro lugar, no seu artigo 2º, o inciso I esclarece o que deve ser entendido como cidade sustentável e o inciso II, destaca a gestão democrática como processo permanente que envolve a participação da sociedade em todas as suas fases.

O quê?
EC Art. 2º, incisos I e II
Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
Em segundo lugar o artigo 42 destaca os conteúdos mínimos do plano diretor, destacando em seu inciso III, a obrigatoriedade de um sistema de acompanhamento e controle capaz, por pressuposto, de subsidiar decisões sobre o que é prioridade para uma cidade, além de verificar em que medida, o plano diretor está implementando de suas propostas, o que poderá sugerir monitoramento das mesmas.

O quê?
EC Art. 42, inciso III
Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:
(...)
III – sistema de acompanhamento e controle.
Logo em seguida, o artigo 43, identifica os instrumentos disponíveis para que se avance para uma gestão democrática da cidade e o 44 destaca a importância do instrumento gestão orçamentária participativa, como espaço de discussão das necessidades da população em seu local de vivência

O quê?
EC Art. 43, incisos I a IV e artigo 44
Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:
I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
II – debates, audiências e consultas públicas;

MEIO AMBIENTE

MA 5 - RP4

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4o desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

QUANDO

CURTO PRAZO: 5 ANOS | MÉDIO PRAZO: 10 ANOS | LONGO PRAZO: 20 ANOS

CURTO PRAZO: RECUPERAÇÃO DOS TALUDES. MÉDIO E LONGO PRAZO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM RELAÇÃO AO ARROIO E A DESPOLUIÇÃO DESDE A NASCENTE.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

MT 1 - AV. ANTÔNIO DE CARVALHO, BECO SOUZA COSTA

O QUE

Melhorias viárias: ligação do Beco Souza Costa com Av. Antônio de Carvalho.

COMO

Verificar o cumprimento das contrapartidas dos empreendimentos imobiliários no entorno; prever demanda como contrapartida para futuros empreendimentos.

QUEM

Conselheiro e fórum RP4, Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV). A população deve pressionar os vereadores.

QUANDO

CURTO PRAZO: 5 ANOS

MOBILIDADE E TRANSPORTE

MT 2 - BOM JESUS

O QUE
Melhoria no itinerário do coletivo T1, para atender comunidades do bairro Bom Jesus.

COMO
Possibilidade de ampliar o itinerário pela Av. Joaquim Porto Villanova, e R. Prof. Cristiano Fischer. Verificar o cumprimento das contrapartidas dos empreendimentos imobiliários no entorno.

QUEM
Conselheiro e fórum RP4, Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), pressão no Poder Legislativo e no OP.

QUANDO
CURTO PRAZO: 5 ANOS

MT 3 - AV. ANTÔNIO DE CARVALHO, AV. PROTÁSIO ALVES

O QUE
Ciclovias na Av. Antônio de Carvalho e na Av. Protásio Alves.

COMO
Verificar o cumprimento das contrapartidas dos empreendimentos imobiliários no entorno.

QUEM
EPTC, Conselheiro e fórum RP4, pressão ao legislativo e OP.

QUANDO
CURTO PRAZO: 5 ANOS

MOBILIDADE E TRANSPORTE

MT 4 - RP4

O QUE

Série de obras viárias: continuação da Av. Nilo Peçanha com a Av. Alberto Pasqualini e chegando à Av. Manoel Elias; passagem de nível com a Av. Protásio Alves e Av. Antônio de Carvalho; ligação da R. Irmão Inocêncio Luís com a Av. Assis Brasil; alargamento da rua R. Doutor Otávio Santos e R. Guadalajara.

COMO

Direcionar verbas federais, contrapartidas públicas e privadas; um plano de ação popular.

QUEM

Orçamento participativo, empresas que já devem contrapartidas da região.

QUANDO

URGENTE: 1 A 2 ANOS

MT 5 - RP4

O QUE

Melhoria dos transportes coletivos.

COMO

Ampliação do metrô TRENSURB; ampliação das linhas de ônibus com acesso interbairros.

QUEM

Parceria com empresas privadas, orçamento participativo, secretaria de mobilidade urbana.

QUANDO

URGENTE: 1 A 2 ANOS

MOBILIDADE E TRANSPORTE

MT 6 - RP4

O QUE
Ampliação de ciclovias.

COMO
Todos os espaços criados e projetos urbanos desenvolvidos devem contemplar ciclovias. Zona Norte.

QUEM
Parceria com empresas privadas, orçamento participativo, secretaria de mobilidade urbana e secretaria do meio ambiente.

QUANDO
URGENTE: 1 A 2 ANOS

MT 7 - AV. ANTÔNIO DE CARVALHO, AV. PROTÁSIO ALVES

O QUE
Construção do Viaduto no Cruzamento da Av. Protásio Alves com a Av. Antônio de Carvalho.

COMO
Contrapartida das empresas envolvidas na construção do Shopping da Av. Protásio Alves com a R. Tenente Ary Tarragô.

QUEM
Empresas e Prefeitura.

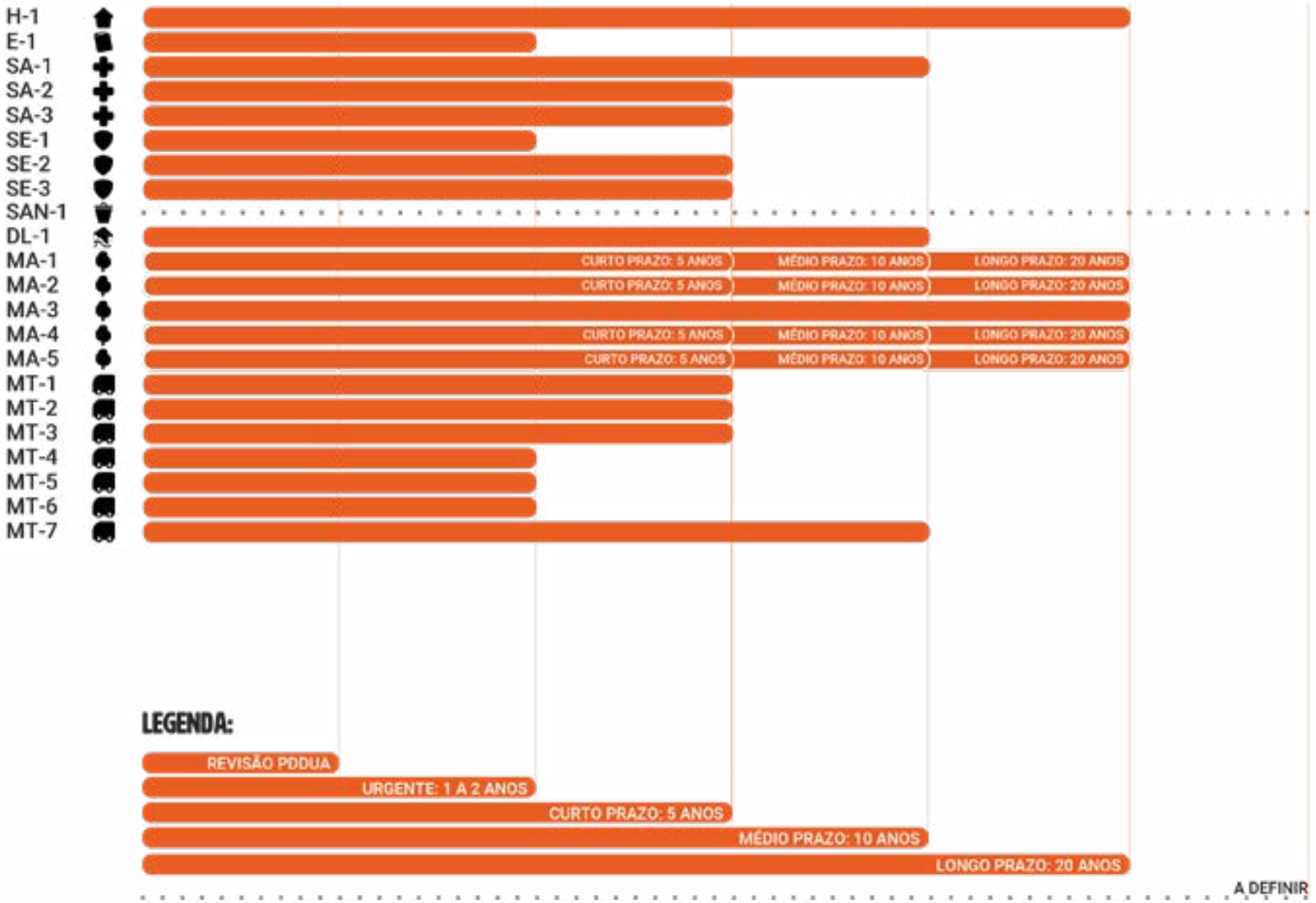
ESTATUTO DA CIDADE
As propostas MT1 a MT7 são bastante relacionadas com a questão da gestão de políticas públicas urbanas que poderiam perfeitamente estar relacionadas em planos de ação regional na escala de bairros ou de setores urbanos com características especiais. Muitas destas propostas demandadas a nível local também podem ser importantes para a mobilidade urbana da cidade como um todo.

Para este tema, o Estatuto da Cidade define um instrumento que deve ser elaborado por todas as cidades com mais de 500 mil habitantes: consiste num "plano de transporte urbano integrado", que deve ser construído em compatibilidade com as demais propostas que o plano diretor apresentar para o município todo.

O QUÊ?
EC Art. 41§ 2o
Art. 41 § 2o EC No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

QUANDO
MÉDIO PRAZO: 10 ANOS

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS



NOTAS DE FIM

Os mapas e modelos espaciais do Plano Diretor foram obtidos na página da SMURB no site da Prefeitura de Porto Alegre e nos documentos do Plano Diretor de Porto Alegre de 1997 e de 2010.

As imagens da seção Leituras Comunitárias da Oficina do Passado foram obtidas no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e no acervo de uso comercial livre da plataforma online Flickr.

ANEXOS

Artigo 2º do Estatuto da Cidade
LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:
a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;
e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
f) a deterioração das áreas urbanizadas;
g) a poluição e a degradação ambiental;
h) a exposição da população a riscos de desastres. (Incluído dada pela Lei nº 12.608, de 2012)

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas

ambientais;
XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. (Incluído pela Lei nº 12.836, de 2013)

XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento.(Incluído pela Lei nº 13.116, de 2015)

XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados. (Incluído pela Lei nº 13.699, de 2018)

WWW.PLANOSPOPULARESPOA.ORG